



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COORDENADORIA ESPECIAL DE MUSEOLOGIA
CURSO MUSEOLOGIA

Priscila Ferreira

Políticas culturais catarinenses:
estudo de caso do Museu Histórico de Santa Catarina quanto à perspectiva da
segurança dos museus

Florianópolis
2023

Priscila Ferreira

Políticas culturais catarinenses:
estudo de caso do Museu Histórico de Santa Catarina quanto à perspectiva da
segurança dos museus

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Museologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Museologia.

Orientadora: Profa. Luciana Silveira Cardoso, Ma.

Florianópolis
2023

Ferreira, Priscila

Políticas culturais catarinenses : estudo de caso do Museu Histórico de Santa Catarina quanto à perspectiva da segurança dos museus / Priscila Ferreira ; orientadora, Luciana Silveira Cardoso, 2023.

78 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Museologia, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Museologia. 2. Políticas Públicas. 3. Museus históricos. 4. Segurança em museus. 5. Museu Histórico de Santa Catarina. I. Silveira Cardoso, Luciana. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Museologia. III. Título.

Priscila Ferreira

Políticas culturais catarinenses:
estudo de caso do Museu Histórico de Santa Catarina quanto à perspectiva da segurança
dos museus

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de
“Bacharela em Museologia” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em
Museologia.

Florianópolis, 12 de dezembro de 2023.



Prof. Karine Lima da Costa, Dra.
Coordenadora do Curso

Banca examinadora



Prof. Luciana Silveira Cardoso, Ma.
Orientadora

Prof. Kimberly Terrany Alves Pires, Ma.
Historiadora e Museóloga



Prof. Fernanda Sasse
Historiadora e Museóloga

Florianópolis, 2023

AGRADECIMENTOS

Ao meu companheiro, Gustavo. Parceiro de vida, melhor amigo, incentivador e “xatulino”. Mostrou-se muito paciente, e carinhosamente leu o trabalho todo várias vezes. Seu apoio foi essencial, transmitindo segurança, mesmo nas horas mais difíceis.

Aos meus amigos queridos, Caroline, Luís, Natalia, Norma e Viviane, pela companhia, carinho, apoio emocional, terapia em grupo, por terem tornando tudo mais leve e divertido.

Aos meus familiares, os de perto e os de longe, que torcem por mim, e por isso contribuíram de alguma forma para realização desse trabalho.

À Professora Luciana, que maravilhosamente me orientou. Divertida e sensível às coisas do mundo, a mim sempre transmitiu serenidade com palavras otimistas, o que fez toda a diferença para concretização desta pesquisa. E assim, a tenho como referência.

Às Professoras da banca, Fernanda e Kimberly, pelas contribuições, e por tornarem a apresentação do TCC um evento sereno e motivador.

À Universidade Federal de Santa Catarina, com seus trabalhadores, pelo ensino público de excelência.

RESUMO

Esta pesquisa investiga as políticas públicas culturais de Santa Catarina e sua aplicabilidade nos museus estaduais, tendo como local de pesquisa o Museu Histórico de Santa Catarina, sob a perspectiva da segurança em museus, uma vez que este está localizado no Palácio Cruz e Sousa, que é uma das instituições culturais mais antigas do estado. O referido museu foi inaugurado em 1979, e atualmente encontra-se num edifício construído no século XVIII, e ainda não dispõe de uma política para emergência, o que resulta na preocupação acerca da temática tratada neste trabalho. Tendo como objetivos específicos são: a) conceituar políticas públicas e políticas culturais no Brasil; b) identificar políticas culturais catarinense e; c) analisar a satisfação do Museu Histórico de Santa Catarina quanto às políticas públicas estaduais para cultura. A metodologia adotada para a análise desta pesquisa na revisão bibliográfica sobre o tema, e posterior aplicação de entrevista com a equipe do museu, visando compreender a aplicabilidade das políticas públicas relacionados à segurança da instituição. Após análise das informações coletadas na entrevista e correlacionadas ao referencial teórico, conclui-se que ainda há lacunas institucionais quanto ao tratamento da segurança dos museus. Estando o Museu Histórico de Santa Catarina em situação vulnerável diante da sua importância como instituição, carecendo de um plano museológico e de emergência, adequação do local de trabalho, demanda por maior número de vigilantes, por monitoramento eletrônico e ainda melhorias no quadro de profissionais qualificados para o museu, além da ausência de orçamento definido. Porém, o Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina demonstrou-se um importante aliado para atender as demandas do Museu Histórico de Santa Catarina.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Museus históricos; Segurança em museus; Museu Histórico de Santa Catarina.

ABSTRACT

This research investigates Santa Catarina's public cultural policies and their applicability in state museums, using the Santa Catarina Historical Museum as the research site, from the perspective of security in museums, since it is located in Palácio Cruz e Sousa, which It is one of the oldest cultural institutions in the state. The aforementioned museum was opened in 1979, and is currently located in a building built in the 18th century, and does not yet have an emergency policy, which results in concern about the theme addressed in this work. The specific objectives are: a) conceptualize public policies and cultural policies in Brazil; b) identify cultural policies in Santa Catarina and; c) analyze the satisfaction of the Santa Catarina Historical Museum regarding state public policies for culture. The methodology adopted for the analysis of this research was the bibliographic review on the topic, and subsequent application of interviews with the museum team, aiming to understand the applicability of public policies related to the institution's security. After analyzing the information collected in the interview and correlated to the theoretical framework, it is concluded that there are still institutional gaps regarding the treatment of museum security. With the Historical Museum of Santa Catarina in a vulnerable situation given its importance as an institution, lacking a museological and emergency plan, adaptation of the workplace, demand for a greater number of security guards, electronic monitoring and even improvements in the number of qualified professionals for the museum, in addition to the lack of a defined budget. However, the Santa Catarina State Museum System proved to be an important ally in meeting the demands of the Santa Catarina Historical Museum.

Keywords: Public policy; Historical museums; security in museums; Museu Histórico de Santa Catarina.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Regiões Museológicas de Santa Catarina.....	49
Figura 2 – Museu Histórico de Santa Catarina.....	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo das intervenções no Palácio Cruz e Souza e entorno.....	56
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS

FCC	Fundação Catarinense de Cultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MHSC	Museu Histórico de Santa Catarina
PNM	Política Nacional de Museus
SEM/SC	Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 JUSTIFICATIVA.....	13
1.2 OBJETIVOS.....	15
1.3 METODOLOGIA.....	15
2. POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL	18
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL.....	18
2.2 RELAÇÃO ENTRE CULTURA E ESTADO BRASILEIRO.....	20
3. POLÍTICAS CULTURAIS CATARINENSE	40
3.1 HISTÓRICO DE SANTA CATARINA E DESENVOLVIMENTO CULTURAL.....	40
3.2 FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA.....	44
3.2.1 SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS DE SANTA CATARINA.....	47
3.2.2 POLÍTICA ESTADUAL DE MUSEUS.....	49
3.2.3 PLANO SETORIAL ESTADUAL DE MUSEUS.....	50
4. MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	52
4.1 UM MUSEU NO PALÁCIO.....	52
4.2 UM MUSEU HISTÓRICO.....	53
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	68
ANEXO A – Perguntas para Equipe do Museu Histórico de Santa Catarina.....	72
ANEXO B – E-mail convite para Museu Histórico de Santa Catarina.....	73
ANEXO C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	74
ANEXO D – Transcrição parcial da entrevista com Equipe MHSC.....	75
ANEXO E – Atestado de vistoria do Corpo de Bombeiros/SC.....	<u>78</u>
ANEXO F – Decreto nº 21.326 26/01/1984.....	<u>79</u>

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso tem o propósito analisar as políticas culturais do estado catarinense que colaboram para a segurança dos museus estaduais, tendo como estudo de caso o Museu Histórico de Santa Catarina, situado em Florianópolis/SC.

Antes de avançar sobre o tema, tomo a liberdade de expor um breve relato sobre a escolha desta temática de pesquisa, o que impacta consequentemente em meu processo de investigação neste trabalho.

Como entusiasta da cultura brasileira, me sinto em casa ao adentrar em qualquer museu público. Considero este um território de bem-estar, que me transmite paz e aconchego. Felizmente, tive a oportunidade de visitar alguns museus de diferentes estados brasileiros, e cada museu conta as suas histórias e tem suas particularidades. Não busquei comparações entre as diferentes instituições museológicas que visitei, mas há algo peculiar que me assombrou nestas instituições, que é a falta de segurança nos museus.

Entendo que os museus são espaços de guarda, de pesquisa e de comunicação do patrimônio artístico cultural de uma sociedade. Museus ou instituições culturais de memória são locais que preservam a memória coletiva de um povo, onde neles há possibilidade de se conviver com diversas histórias e diversas formas de ver e viver o mundo. Mais que depósito de coisas, os museus são feitos para se exhibir, expor suas intenções e construir narrativas. E cada instituição tem suas necessidades e seus desejos.

No entanto, infelizmente é notável que uma parcela considerável dos museus públicos do Brasil encontram-se em situação de profunda fragilidade quanto a sua segurança, alguns inclusive correndo risco de danos quanto a sua estrutura e acervo, e consequentemente pondo em perigo seus trabalhadores e visitantes.

Lastimo muito perceber que a cultura não é valorizada em nosso país, onde há carência de tudo, desde do princípio com a locação adequada para funcionamento dos museus. Problemas como a falta de profissionais qualificados e bem remunerados, com ausência de manutenção básica, somando aos danos causados pela ação do tempo e entre outras carências, perduram nos museus brasileiros.

Contudo, no Brasil, os museus públicos em sua maioria são do tipo histórico, ou seja, instituições comprometidas em dar sentido às memórias passadas de uma determinada sociedade. Mais que um depósito de objetos, os museus históricos colaboram na construção da narrativa histórica oficial do país, ação instrumentalizada por meio de seus objetos e principalmente por seus discursos expográficos.

Os museus públicos atuais, sob a égide do poder político, são um reflexo cru da sociedade em que vivemos, a sociedade capitalista, que é se apresenta como é através da ideologia da nossa elite burguesa; ignorante e perversa.

Portanto, a falta de recursos financeiros e de políticas públicas adequadas para museus e centros culturais não parece um acaso, mas um projeto neoliberal característico de nosso tempo.

E ver os museus públicos brasileiros estão em perigo é compreender que estas instituições são consideradas perigosas, que podem e por vezes são usadas para transformar uma sociedade. Museus são perigosos não por conter objetos, mas por sua capacidade de construção de narrativas de poder. E assim percebo que o descaso da elite política com o patrimônio público se configura num projeto de poder, uma vez que os museus podem ser importantes instrumentos de autoridade.

Deste modo, surge o interesse pelo tema sobre as políticas públicas culturais para museu, tendo como foco a segurança em museus, visando contribuir para a discussão do assunto que é tão importante para a preservação do patrimônio brasileiro, indo além da segurança física institucional, mas contribuindo para a luta por políticas públicas efetivas que assegurem a manutenção, autonomia e a sobrevivência institucional dos museus.

1.1 JUSTIFICATIVA

Partindo da preocupação sobre segurança em museus, este assunto abrange inevitavelmente investimento em políticas públicas no Brasil, pois são elas que garantem a manutenção e a sobrevivência dos museus públicos no

país, que por meio destas ações conseguem obter recursos para se manter em funcionamento.

Atualmente uma parcela considerável dos museus encontram-se em edifícios antigos, de grande valor histórico e arquitetônico, e muitos destes locais tem seu tombamento em sua totalidade, o que dificulta intervenções e reformas. Valendo-se também que muitos museus foram instalados em locais inadequados para sua funcionalidade. Em outros casos, houve adaptações simples do local para receber o museu, negligenciando cuidados com acervo e sem considerar sua expansão. Portanto, as questões de segurança em museus são essenciais para garantir a proteção patrimonial.

Por isso o interesse na temática de segurança em museus ou de centros culturais, uma vez que mesmo resguardada por legislação e normativas específicas que orientam os profissionais na prevenção de riscos e acidentes, há muitos desafios para minimizar situações de perigo que podem danificar ou até destruir completamente as edificações.

Uma vez que, muitos museus e instituições culturais não dispõem de política de segurança para prevenir acidentes, como, por exemplo, no triste caso do Museu Nacional, que por anos buscava atualizações preventivas até que um grande incêndio em 02 de setembro de 2018 culminou com a perda de aproximadamente 90% do acervo expositivo do museu.

Contudo, para esta pesquisa acerca das políticas públicas tendo como local de estudo o Museu Histórico de Santa Catarina sob a perspectiva da segurança em museus. O referido museu foi inaugurado em 1979, e atualmente encontra-se num edifício construído no século XVIII, o Palácio Cruz e Sousa. Ao longo dos anos este espaço foi passando por inúmeras modificações em sua estrutura. O complexo do museu foi tombado somente em 1984 como patrimônio histórico do estado de Santa Catarina. Assim, o Museu apesar da sua importância para a cultura e história catarinense, atualmente não dispõe de uma política para emergências, o que resulta na preocupação acerca da temática que será tratada neste trabalho.

Pois como se entende que preservar o patrimônio material é garantir a memória coletiva de uma sociedade, é manter vivo o que já aconteceu, conhecendo e reconhecendo cada distinta história que estará representada em

cada instituição museológica, esta deve ser constantemente cuidada e defendida.

Assim, este trabalho de conclusão de curso pretende contribuir para a discussão sobre as políticas culturais quanto à segurança em museus, que ainda carecem de ações concretas para os museus públicos brasileiros, e assim, busca-se colaborar junto à instituição no intuito de buscar ações de melhorias de preservação para o Museu Histórico de Santa Catarina.

1.2 OBJETIVOS

Na presente pesquisa, o objetivo principal é analisar as políticas culturais do estado catarinense para a dos museus estaduais, estudando o caso do Museu Histórico de Santa Catarina quanto à perspectiva da segurança.

Os objetivos específicos competem a cada um dos três capítulos da presente pesquisa e assim se busca:

- I. Conceituar políticas públicas e políticas culturais no Brasil;
- II. Identificar políticas culturais catarinenses;
- III. Analisar a situação do Museu Histórico de Santa Catarina quanto às políticas públicas estaduais para sua segurança.

1.3 METODOLOGIA

Utilizando a metodologia indutiva do método qualitativo, onde as informações serão coletadas recorrendo inicialmente à revisão bibliográfica sobre o tema, e posteriormente obtendo informações coletadas *in loco* com a equipe do museu.

Desta forma, a pesquisa fará um estudo de caso, tendo como local de investigação o Museu Histórico de Santa Catarina, visando coletar dados para diagnosticar a situação deste com as políticas públicas aplicadas no museu no que se refere a segurança do mesmo.

Utilizando-se de entrevista semiestruturada com perguntas abertas como ferramenta para obtenção de informações, esta será realizada em data previamente agendada e gravada, sendo que os respondentes não serão

identificados neste trabalho, conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo C).

Estudo de caso que consiste numa modalidade de pesquisa, característico por ser um “estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento” (GIL, 2002, p. 54), sendo este método muito utilizado nas ciências sociais.

Para a elaboração deste trabalho de conclusão de curso foram utilizados os seguintes recursos:

- I. Revisão bibliográfica: coletando informações pertinentes à temática acerca de políticas públicas e políticas culturais no Brasil, bem como posteriormente investigar as políticas públicas no estado de Santa Catarina, identificando importantes atores sociais como a Fundação Catarinense de Cultura e o Sistema Estadual de Museus em Santa Catarina. E por último foi efetuada revisão sobre o contexto histórico do Museu Histórico de Santa Catarina.
- II. Entrevista: após conclusão da revisão bibliográfica, foi efetuada entrevista presencial com a Equipe do Museu Histórico de Santa Catarina.
- III. Análise das informações coletadas e considerações finais: a partir da entrevista, foi elaborado a análise das informações coletadas e em seguida finalizado o trabalho apontando as principais contribuições extraídas com a pesquisa.

A pesquisa apresenta-se dividida em cinco capítulos, sendo este o primeiro capítulo de “Introdução” onde se apresenta a motivação do tema, seus objetivos, e ainda a metodologia empregada no trabalho:

- Segundo capítulo com título de “Políticas Culturais no Brasil” tem por objetivo apresentar o tema referente ao desenvolvimento das políticas públicas no país bem como acompanhar o desenrolar histórico da relação entre cultura e o estado, e a influência da instabilidade política ao longo dos anos no Brasil. Assim, sendo possível compreender a atual situação brasileira de atenção à cultura e ações pontuais de interesse coletivo.

- O terceiro capítulo intitulado de “Políticas Culturais Catarinense” discorre sobre as políticas culturais no estado de Santa Catarina, apresentando seu desenvolvimento cultural no estado desde sua colonização europeia até os dias atuais, com enfoque a atuação da Fundação Catarinense de Cultura e do Sistema Estadual de Museus Catarinense, que se apresenta como instrumento de apoio aos museus e centros culturais deste estado.
- E o quarto nomeado “Museu Histórico de Santa Catarina” examina o contexto de criação do museu, suas características arquitetônicas e acervo. E neste capítulo é apresentada a análise da entrevista feita com a Equipe do Museu.
- O quinto e último capítulo intitulado de “Considerações Finais” retrata a experiência da pesquisa e sua contribuição como profissional de Museologia, bem como da relevância do tema, expondo suas principais observações quanto à segurança em museus e políticas públicas em Santa Catarina.

2. POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL

Este capítulo apresenta a temática da pesquisa conceituando políticas públicas e as ações voltadas para a área cultural no Brasil. E a partir desta, efetuar a investigar sobre o tratamento dado à cultura ao longo dos anos pelo estado brasileiro, verificando seu desenvolvimento e a implementação das políticas culturais nos museus, visando a proteção do patrimônio cultural.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL

Para iniciarmos a temática sobre políticas públicas para a cultura no Brasil, partimos da atual Constituição Federal do Brasil (1988), onde menciona na Seção II, Da Cultura

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

- I – defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;
- II – produção, promoção e difusão de bens culturais;
- III – formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;
- IV – democratização do acesso aos bens de cultura;
- V – valorização da diversidade étnica e regional (BRASIL, 1988).

Portanto, o estado tem o dever constitucional de garantir que todos os cidadãos tenham acesso à cultura. Para isso utiliza de ações práticas que apoiam, incentivam e contribuem para a disseminação das diversas manifestações culturais no país. Deste modo, contribui para o acesso às manifestações culturais e ainda protege as diferentes expressões populares no Brasil.

Ressalta-se que o termo cultura que compreendido neste trabalho acolhe suas mais abrangentes significações, e que busquem a constante reflexão social, onde a cultura é entendida como

atividades determinadas do ser humano que, no entanto, não se restringem às tradicionais (literatura, pintura, cinema – em suma, as que se apresentam sob uma forma estética) mas se abrem para uma rede de significações ou linguagens incluindo tanto a cultura popular (carnaval) como a publicidade, a moda, o comportamento (ou a atitude), a festa, o consumo, o estar-junto, etc. (TEIXEIRA, 1997, p. 89).

E para atingir este objetivo, desenvolvem-se as políticas públicas, que podem ser definidas como “um conjunto de ações e programas que se articulam em torno de diretrizes específicas e são estabelecidas pelo Estado em algum de seus níveis de governo” (Val *et al*, 2016, p. 09), para garantir assim os direitos do cidadão brasileiro à cultura. E a cultura, assim como saúde e educação, atua na sociedade como instrumento de garantia de direitos, fomentando qualidade de vida e bem-estar.

Souza (2006, p. 26), resume políticas públicas como “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”. E as políticas públicas apresentam planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisa, que após a execução continuam submetidas a acompanhamentos e avaliações.

As políticas públicas para a área cultural, como uma medida de intervenção do estado, visam “promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável” (TEIXEIRA, 1997, p. 292).

Estas políticas culturais sob intervenção do Estado são elaboradas a partir da influência de entidades de classe e movimentos sociais organizados para melhor desenvolvimento e participação social, contribuindo para satisfazer as demandas da sociedade através do diálogo e do consenso.

Reforçando ainda, as políticas públicas culturais objetivam garantir o direito à cultura dos cidadãos, onde se entenda “a cultura, como aqueles valores que indicam – e em que se reconhece – a identidade da nação.” (FONSECA, 2005. p. 34). Entende-se que as políticas públicas em essência vislumbram no papel do Estado o articulador das ações para a sociedade. Mas subentende-se também que a participação da sociedade é a base de sustentação das demandas e das intervenções estatais.

Portanto, é responsabilidade do estado brasileiro o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas que objetivam a melhoria na qualidade de vida dos seus cidadãos. A partir do desenvolvimento das políticas culturais que se firmaram ao longo da história do Brasil, houve o estabelecimento da sociedade atual, com seu conjunto de valores que representam a identidade nacional. E ainda, como resultado da intervenção do estado temos a exemplo, o desenvolvimento dos museus que foi fortemente influenciado pelas políticas culturais no país.

Sendo assim se questiona a partir do desenvolvimento das políticas culturais, como se desenvolveu ao longo da história a noção da cultura como interesse do estado? E a partir desta, como o estado, através das políticas públicas, contribuiu para garantir a segurança do patrimônio cultural brasileiro?

2.2 RELAÇÃO ENTRE CULTURA E ESTADO BRASILEIRO

No Brasil a relação entre estado e cultura possui uma longa cronologia, que de acordo com Rubim, historicamente no país a trajetória das políticas públicas apresenta-se em três tristes tradições ao longo dos anos, identificadas como sendo: das ausências, do autoritarismo e da instabilidade, onde

O termo “ausências” expressa a falta de políticas culturais e, mais recentemente, a atitude do Estado em abdicar de desenvolver políticas em prol de uma regulação da cultura pelo mercado. A noção de autoritarismo associa políticas culturais aos governos ditatoriais e também aos laços autoritários presentes na sociedade, inclusive em momentos democráticos. Ela implica no desconhecimento, perseguição e aniquilamento de culturas e na exclusão do acesso a determinadas modalidades culturais. A terceira tradição, vinculada às anteriores, anota instabilidades derivadas de fatores como: descontinuidades, fragilidades institucionais, repressão, etc. (RUBIM, 2015, p. 12).

Portanto, para melhor compreensão das políticas culturais no Brasil é necessário fazer um mergulho na história do país, partindo desde a época da colonização nas Américas, que a partir de 1492 adentrou no território latino, apossando-se dos seus territórios, saqueando suas riquezas, exterminando populações e conseqüentemente destruindo suas culturas.

Segundo Ribeiro (1995), os grupos indígenas encontrados no litoral pelos invasores portugueses eram do tronco Tupi, estimados em 1 milhão de

habitantes, a mesma população de Portugal à época, e na escala da evolução cultural, segundo o autor

os povos Tupi davam os primeiros passos da revolução agrícola, superando assim a condição paleolítica, tal como ocorrera pela primeira vez, há 10 mil anos, com os povos do velho mundo. É de assinalar que eles o faziam por um caminho próprio, juntamente com outros povos da floresta tropical que haviam domesticado diversas plantas, retirando-as da condição selvagem para a de mantimento de seus roçados. Entre elas, a mandioca, o que constituiu uma façanha extraordinária, porque se tratava de uma planta venenosa a qual eles deviam, não apenas cultivar, mas também tratar adequadamente para extrair-lhe o ácido cianídrico, tornando-a comestível. É uma planta preciosíssima porque não precisa ser colhida e estocada, mantendo-se viva na terra por meses (RIBEIRO, 1995, p. 31).

Este encontro de brancos e indígenas brasileiros mudou o mundo de lá e de cá. De um lado, os portugueses movidos pela revolução mercantil e pela poderosa Igreja Católica, estas juntas buscando continuamente por novos territórios, para obter mais poder e riquezas. E de outro lado os indígenas que aqui moravam, que apesar da grande resistência, foram massacrados, tendo suas línguas e culturas extintas para sempre (RIBEIRO, 1995). Os que conseguiram sobreviver foram escravizados e destituídos de seu modo de viver. E até hoje, são perseguidos e sofrem preconceitos por sua simples existência.

Báez (2010) em seu livro intitulado de “A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização” descreve que além da tomada de território, do massacre dos povos originários em conflitos de resistência, houve também o aniquilamento de etnias e povos, arrasamento de suas culturas, e o apagamento forçado do passado destes povos. Assim sendo, houve nas Américas três crimes que podem ser tipificados como genocídio, etnocídio e memoricídio. O genocídio foi realizado contra diversas etnias, seja por meio de contato inicial, que por doenças trazidas da Europa mataram muitas pessoas sem haver violência física direta, seja pelo trabalho forçado que escravizava ou por assassinatos nos conflitos de resistência. Enquanto o etnocídio é o resultado do saque nas Américas, e fez com que as estruturas sociais fossem drasticamente alteradas, negando aos povos que aqui moravam o seu próprio modo de viver; à sua cultura, onde temos, por exemplo, a estimativa que aproximadamente seis línguas europeias substituíram “mais de mil idiomas indígenas” (BÁEZ, 2010, p. 310). E por último o crime de

memoricídio, que liquidou todo o patrimônio material ou imaterial dos povos conquistados; onde os colonizadores impuseram a substituição da memória local pela cultura dos seus, o estrangeiro, assim, por exemplo, substituindo os templos indígenas por monumentos cristãos, impondo violentamente a cultura dos conquistadores aos povos dominados.

E em complemento a devastação cultural nas Américas, os objetos que resistiram à destruição dos colonizadores, foram posteriormente vendidos no lucrativo empreendimento do tráfico de bens artísticos e culturais, que até hoje assombra os profissionais de museus, arquivos e bibliotecas. Estima-se que, com o saque cultural da América Latina tenha se perdido, 60% do patrimônio, seja tangível ou intangível (Báez, 2010, p. 309). As perdas dos bens culturais impuseram à América Latina, inclusive ao Brasil, um processo exitoso de substituição das culturas locais pela cultura dos colonizadores, favorecendo o esquecimento das suas identidades.

Curiosamente, a palavra cultura, como indica Alfredo Bosi (2006), tem origem comum com a termo colonização, pois ambas possuem mesma raiz etimológica derivada do verbo em latim *colo*. Assim, como destino ou como um próspero projeto, a colonização portuguesa, diferente da espanhola; que criou universidades e a seu modo estimulou centros culturais pelos países latinos que por eles foram colonizados, no Brasil a educação e a cultura foram ignoradas pelos portugueses, “porque a política da Coroa era concentrar o ensino superior no reino” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 222), ou seja, em Portugal ou países da Europa.

A história do Brasil é marcada com ferro e sangue, e logo após a invasão colonialista portuguesa, em 1535 dá início um dos mais cruéis feitos da humanidade, o tráfico de escravizados no Brasil.

Segundo Gomes, o Brasil foi o maior território escravista do ocidente, permanecendo este um dos seus principais empreendimentos comerciais por quase 300 anos. Durante este período de três séculos o território brasileiro recebeu aproximadamente “5 milhões de africanos cativos, 40% do total de 12,5 milhões embarcados para a América. Como resultado, é atualmente o segundo país de maior população negra ou de origem africana do mundo” (GOMES, 2019, p. 24).

Aqui os negros escravizados não puderam se organizar ou formar sociedades próprias. Ainda em território africano separaram as etnias, não permitindo continuar com suas tradições, línguas e cultura. Em solo brasileiro a eles cabia somente trabalho e muita violência. E este foi um grande e lucrativo comércio no país, sendo que o Brasil foi último país a abolir oficialmente a escravidão, ocorrendo em 1888 após muita luta do povo negro resistindo a repressão da elite época.

Para Gomes, evidência que a escravidão no Brasil pode ser considerada uma tragédia humanitária de proporções gigantescas, pois segundo o autor

Arrancados do continente e da cultura em que nasceram, os africanos e seus descendentes construíram o Brasil com seu trabalho árduo, sofreram humilhações e violências, foram explorados e discriminados. Essa foi a experiência mais determinante na história brasileira, com impacto profundo na cultura e no sistema político que deu origem ao país depois da Independência, em 1822 (GOMES, 2019, p. 34).

Por pressão da sociedade mundial da época, que com o avanço do sistema capitalista, sugerem as sociedades republicanas, e as elites econômicas do Brasil foram forçadas a pôr fim ao tráfico de africanos escravizados. Esta pauta foi muito bem preparada para outro projeto perverso das elites nacionais, o de branqueamento de raça no país. Este tema será tratado no capítulo 3 deste trabalho, onde se verá o processo exitoso de branqueamento da população brasileira. Onde desde do final do século XX estimulou uma grande leva de imigrantes estrangeiros no Brasil, no entanto, para este novo empreendimento que via na cor branca, na cultura europeia e modo de viver cristão algo desejado e estimulado pelas elites e governo da época.

Assim, desde o “descobrimento do Brasil” em abril de 1500 até a vinda da corte de Dom João VI, em 1808 no Rio de Janeiro, a Coroa Portuguesa “não só nunca investiu na formação de um campo cultural minimamente estruturado, como impediu a sua configuração a partir da iniciativa privada” (BARBALHO, 2009, p. 02).

A referida vinda de D. João VI e sua família real, garantiu a independência de Portugal diante das ameaças de invasão das tropas de Napoleão Bonaparte. Este acontecimento iniciou profundas transformações no

Brasil, especialmente no campo cultural. Como primeiro ato houve a transferência da Biblioteca Real para o Brasil, enviada em remessas de 1808 até 1811, e também a transferência da Impressão Régia, que contribuiu para as publicações oficiais e também serviu como instrumento de propaganda da coroa portuguesa (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Até 1810 a preocupação com a vinda de D. João VI foi inicialmente apenas de ordem administrativa, e a partir de 1811 ocorre um verdadeiro “banho de civilização” na cidade do Rio de Janeiro, dando início a criação de centros de pesquisa e aparelhos culturais, tais como: Escola de Cirurgia da Bahia (1808), Biblioteca Nacional (1810), Real Jardim Botânico (1817), Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (1816) e Museu Real (1818) (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 233). A este último o Museu Real, que posteriormente se chamaria de Museu Nacional/UFRJ, infelizmente entra na estatística das grandes perdas para cultura brasileira.

Posteriormente com a proclamação da independência do Brasil em 07 de setembro de 1822, o país se tornou independente da Coroa Portuguesa, a partir desta, iniciou o processo de construção da identidade nacional brasileira. A nação que se constitui pela “transmissão através de gerações, de uma herança coletiva e inalienável”, para assim induzir ou estimular a criação das identidades nacionais, um processo que pode ser considerado “inventar um patrimônio comum” (THIESSE, 2001, p. 08). A invenção da nação baseia-se no agrupamento de certos elementos, que juntos podem formar o que identificamos como identidade nacional, que de interesse da classe dominante pode ser representado por elementos como: história, personalidades heroicas, idioma, lugares de memória, símbolos representativos como bandeiras e festividades, etc. E por consequência, outras identidades preexistentes acabam sendo abandonadas mesmo que baseadas no estatuto social, na religião ou no fato de fazerem parte de uma comunidade local restrita, implica, no mínimo, redefini-las como características secundárias, subordinadas à identidade nacional” (THIESSE, 2001, p. 08).

O Brasil no final do século XIX refletia a Europa da época e as suas elites governantes ambicionavam pela construção de um ideal comum, e os museus serviram como importante instrumento de poder para conceber essa idealização heroica e de memória coletiva. Por conseguinte, surgem as

primeiras instituições museológicas no Brasil, que também são curiosamente os primeiros museus do século XIX. Criou-se então o Museu Real em 1818 que seria posteriormente nomeado de Museu Nacional, o Museu Paulista em 1822, o Museu Paraense Emílio Goeldi em 1866, e o Museu Paranaense em 1876.

Assim os primeiros museus no Brasil se caracterizam por uma tipologia de história natural, e estes museus “desenvolveram uma ciência caracterizada pelos critérios de neutralidade e racionalidade disseminados a partir da Europa moderna, tendo o positivismo como característica marcante no século XIX”, contudo a partir do seu próprio desenvolvimento, a então “museologia imperial” se transformaria numa “museologia mestiça”, colocando à prova, desde o princípio, a racionalidade europeia por meio das experiências museais locais” (BRULON, 2018, p. 18).

Uma vez que para Chagas, “as relações estreitas entre o Estado, os museus e as classes privilegiadas no Brasil têm favorecido o desenvolvimento de museus que distanciam-se da sociedade, que se incomodam pouco com o não cumprimento de funções sociais” (CHAGAS, 2009, p. 22), evidenciando um caráter conservador das instituições brasileiras.

Em 15 de novembro de 1888, ocorre a Proclamação da República do Brasil, marcando o fim da monarquia e o início da república no país. A família imperial foi exilada e enviada a Portugal, “mas não houve violência: na verdade, D. Pedro II e sua família partiram de madrugada, tão temerosos que estavam os novos regentes, com medo de reações populares” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 73).

Em breve resumo Carlos Guilherme Mota descreve os principais acontecimentos no país após proclamação da república até 1945, eventos diversos que auxiliam no entendimento do desenvolvimento do atual estado brasileiro, uma vez que o para o referido autor

A República brasileira oscilaria, desde o início, entre dois pólos: num, as oligarquias, geradas no Segundo Império e impulsionadas pela economia agroexportadora; no outro pólo, a caserna, inflada pela ascensão das classes médias. A montagem de uma rígida ordem oligárquica (Primeira República, 1889-1930), estribada na política do café-com-leite, explica a política dos governadores de São Paulo e Minas. A ordem sociopolítica da Velha República assiste às contestações tenentistas (1922, 1924, 1926), aos movimentos do mundo do trabalho (greves de 1917, fundação do Partido Comunista em 1922) e a um sem-número de manifestações políticas e culturais. Dentre estas, avulta a Semana de Arte Moderna (1922), em que frações da burguesia exercitam novas formas de expressão em busca

de nossa modernidade. Essa rígida ordem estamental-oligárquica só seria abalada - mas não desarticulada – com a chamada Revolução de 1930, de efeitos limitados, em que emerge a figura do gaúcho Getúlio Vargas, que dominará a cena política brasileira até 1954, quando se suicida. Durante o Estado Novo (1937-1945) consolida-se nos aparelhos ideológicos do Estado – e fora deles – uma concepção nacionalista de Cultura Brasileira: no ensino, na rede de bibliotecas, nas interpretações de ideólogos do porte de Fernando de Azevedo, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Afonso Arinos, na concepção de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, etc. (MOTA, 1990, p. 20).

Portanto, no período entre os anos de 1889 até 1930 foi denominado de Primeira República ou República Velha ou ainda República das Oligarquias, que se caracteriza por ser formada pelas elites econômicas e ainda por fomentar investimentos no campo artístico e cultural, como num espelho da Europa, dita como mais civilizada. Deste movimento surgem nomes que contribuíram para o imaginário cultural brasileiro, tais como na literatura: Machado de Assis, Cruz e Souza, José de Alencar, e nas artes plásticas: Victor Meirelles, Pedro Américo, entre outros que contribuíram para a transformação social da época. Entretanto, as oligarquias brasileiras até 1930 não tiveram “condições de forjar um cenário propício para o surgimento das políticas culturais nacionais” (RUBIM, 2007, p. 14).

Consequentemente, a partir dos anos 30 do século XX houve grandes alterações políticas e econômicas no Brasil, e entram em cena a classe média e o proletariado, movimentos sociais antagônicos que influenciaram no surgimento das políticas públicas no país. Nesta época o Brasil passava por imensas transformações sociais e econômicas, marcadas pela industrialização nacional, modernismo cultural e na construção de um estado nacional consolidado. É neste contexto que se tem as primeiras ações políticas culturais no Brasil (RUBIM, 2007, p. 14).

Fonseca (2005) relaciona como marco para vida cultural e política no Brasil O Movimento Modernista, em especial aos intelectuais da Semana de Arte Moderna de 22, que se apresentaram como sendo antiburguês num embate cultural, porém foram duramente criticados também por serem financiados pela aristocracia do café, a quem eles desaprovavam. É neste princípio das políticas públicas culturais que surge em 1923 o primeiro curso de qualificação dedicado à área de Museologia no então Museu Histórico

Nacional, o curso tinha como objetivo capacitar os profissionais que trabalhavam no próprio museu.

Posteriormente, no período conhecido como Estado Novo, o modernista Mário de Andrade destaca-se por dar início às ações do estado brasileiro no campo cultural. Mário de Andrade assumiu o Departamento de Cultura da Prefeitura da cidade de São Paulo, durante os períodos de 1935 até 1938. E apesar de estar no âmbito municipal, é notória a influência nacional, ainda que o projeto de Mário não contemplavam na época os temas de grande importância como o analfabetismo e o caráter elitista da cultura, porém o projeto inovou em:

1. estabelecer uma intervenção estatal sistemática abrangendo diferentes áreas da cultura;
2. pensar a cultura como algo “tão vital como o pão”;
3. propor uma definição ampla de cultura que extrapola as belas artes, sem desconsiderá-las, e que abarca, dentre outras, as culturas populares;
4. assumir o patrimônio não só como material, tangível e possuído pelas elites, mas também como algo imaterial, intangível e pertinente aos diferentes estratos da sociedade;
5. patrocinar duas missões etnográficas às regiões amazônica e nordestina para pesquisar suas populações, deslocadas do eixo dinâmico do país e da sua jurisdição administrativa, mas possuidoras de significativos acervos culturais (modos de vida e de produção, valores sociais, histórias, religiões, lendas, mitos, narrativas, literaturas, músicas, danças etc.) (RUBIM, 2007, p. 15).

Assim, o incipiente campo revela que “a política cultural implantada valorizava o nacionalismo, a brasilidade, a harmonia entre as classes sociais, o trabalho e o caráter mestiço do povo brasileiro” (RUBIM, 2007, p.16), demonstrando influência do estado predominantemente paternalista e elitista.

Ainda durante o Estado Novo, surgem no país as primeiras iniciativas que buscavam ações para preservação do patrimônio nacional. Apesar do governo de Getúlio Vargas ser marcado por censuras e repressão aos opositores, o Brasil carecia de ações concretas para a área cultural, e apesar que teve nos seus intelectuais os propulsores que buscavam autonomia junto à administração pública.

É neste período que pela primeira vez o Estado realiza ações de intervenção na área cultural, criando a secretaria destinada à cultura no Ministério de Educação e Saúde, com o ministro Gustavo Capanema, que de acordo com Rubim (2007), apresentava-se como modernista, mas era

politicamente conservador, acolhendo artistas progressistas em seu ministério, como o escritor Carlos Drummond de Andrade, seu chefe de gabinete, e outros como o arquiteto Oscar Niemeyer e artista plástico Cândido Portinari (RUBIM, 2008, p. 187).

Ainda, no governo Getúlio Vargas, e também com o aporte de Gustavo Capanema, o Estado atua sistematicamente na cultura, onde houve

a criação de legislações para o cinema, a radiodifusão, as artes, as profissões culturais etc. E a constituição de inúmeros organismos culturais, tais como: Superintendência de Educação Musical e Artística; Instituto Nacional de Cinema Educativo (1936); Serviço de Radiodifusão Educativa (1936); Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937); Serviço Nacional de Teatro (1937); Instituto Nacional do Livro (1937) e Conselho Nacional de Cultura (1938). (RUBIM, 2008, 187).

Ainda, nesta época e por pressão dos intelectuais elitistas que eram contra a degradação das cidades históricas brasileiras, em 13 de janeiro de 1937, é aprovada por meio da Lei n.º 378, pelo presidente Getúlio Vargas, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), vinculado ao então Ministério da Educação e Saúde.

Destaque que com um ano de criação, o SPHAN, em 1938 foram tombadas como patrimônio as fortificações catarinenses; a Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim (em Governador Celso Ramos) e a Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés (em Florianópolis). O SPHAN, conforme Rubim (2007, p.17) “o Serviço, depois Instituto ou Secretaria, opta pela preservação do patrimônio de pedra e cal, de cultura branca, de estética barroca e teor monumental. Em geral: igrejas católicas, fortes e palácios do período colonial.” Apesar da limitação de ações, o autor ressalta positivamente que a criação do SPHAN desenvolveu competências técnicas e profissionalizantes, e ainda garante independência organizacional, transformando-se em exemplo para políticas culturais no Brasil e também no exterior.

De acordo com Calabre (2007, p. 03) “entre 1945 e 1964, o grande desenvolvimento na área cultural se deu no campo da iniciativa privada”, surgindo as instituições particulares como o Museu de Arte de São Paulo (1947), o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (1948) e posteriormente a Fundação Bienal. Porém, em 1953 o Ministério da Educação e Saúde foi

desmembrado, separando as áreas, formando os Ministérios da Saúde (MS) e o Ministério da Educação e Cultura (MEC).

É interessante que em julho de 1956 ocorreu na Escola de Minas e Metalúrgica, na cidade de Ouro Preto (MG) o 1º Congresso Nacional de Museus, onde se discutiu as problemáticas dos museus, sendo que o “tema segurança fazia parte do temário, que incluía no debate sobre acervos o problema da proteção em períodos normais e “anormais”, marcando ainda a Museologia como um campo multidisciplinar e científico (ONO; MOREIRA, 2011, p. 16). O referido encontro ocorreu em âmbito internacional diante da destruição e espólio dos bens culturais efetuados durante as duas guerras mundiais, assim estimulados por entidades como Organização das Nações Unidas (ONU) e o International Council of Museums (Icom).

Confirmando a tese de Rubim, Calabre expõe um dos casos de instabilidade do campo cultural no Brasil, visto que

Em 1961, o presidente Jânio Quadros recriou o Conselho Nacional de Cultura, subordinado à presidência da república e composto por comissões das áreas artísticas e de alguns órgãos do governo. A ideia era a da instalação de um órgão responsável pela elaboração de planos nacionais de cultura. Com as mudanças políticas do país, já em 1962, o Conselho retorna para a subordinação do MEC, mantendo as suas atribuições. (CALABRE, 2007, p. 03).

Porém, em seguida, em 01 de abril de 1964, confirmando a outra tese defendida por Rubim, “a triste tradição brasileira do autoritarismo” se manifesta mais uma vez, e uma nova ditadura é instalada no país, que se tornou o maior período ditatorial no Brasil, acabando somente em 1985. Foram vinte e um anos de instabilidade política que certamente afetaram o movimento cultural no país, atingindo principalmente “setores populares e militantes envolvidos com estes segmentos”. Os primeiros anos da ditadura, de 1964 até 1968, apesar da repressão e censura, ocorrem manifestações artísticas de resistência no âmbito escolar universitário, e resultam na implementação e de “instalação da infraestrutura de telecomunicações; a criação de empresas com a Telebras e a Embratel e a implantação de uma lógica de indústria cultural são realizações dos governos militares”, visando o controle das manifestações através dos meios audiovisuais (RUBIM, 2007, p. 20).

É neste período que o regime militar utiliza-se das propagandas nas televisões no Brasil. Apesar de nos 1960 ainda não ser um veículo de massa,

logo se popularizou com os investimentos dos próprios militares. Surgem programas como Chacrinha e Silvio Santos, comunicadores carismáticos. A telenovela também ganha destaque, e com seus melodramas, se distanciando da realidade do país. Com baixas críticas ao regime militar, a televisão virou uma aliada a propaganda militar, uma vez que

Os investimentos na área foram visíveis quando houve a primeira transmissão via satélite, com a chegada do homem à Lua, e a modernização trazida pela TV a cores. Mais do que tudo, a televisão talvez tenha sido a mais poderosa experiência social dos anos 1970 e 1980, mistura paradoxal de alienação e realidade (TELEVISÃO, 2023).

A fase autoritária identificada por Rubim, tem um segundo momento, entre os anos de 1968 até 1974, quando a ditadura se torna ainda mais brutal, e como por um “vazio cultural”, o período é marcado pela “violência, prisões, tortura, assassinatos e censura sistemática bloqueando toda a dinâmica cultural anterior”, perseguindo artistas e movimento estudantil (RUBIM, 2007, p.17).

Ainda sob análise de Rubim (2007) ocorre 1974 a derrota das eleições presidenciais, e abre-se um caminho para o fim do regime militar. Um fim lento que seria somente finalizado em 1985. Neste período a violência estatal diminuiu, o regime militar vigente se aproximou dos profissionais da cultura, e surge o Plano Nacional de Cultura (1975); Fundação Nacional das Artes (1975), Centro Nacional de Referência Cultural (1975), Conselho Nacional de Cinema (1976), Radiobrás (1976) e a Fundação Pró-Memória (1979).

Dentre as iniciativas acima citadas, Rubim destaca duas experiências de importância para a renovação nas políticas culturais brasileira, a primeira foi a Fundação Nacional das Artes ou “FUNARTE, inicialmente uma agência de financiamento de projetos culturais, paulatinamente consolida-se como um organismo com intervenções bastante inovadoras no campo cultural” (BOTELHO *apud* RUBIM, 2007, p. 22), e experiência do Plano de Ação Cultural, encabeçada por Aloísio Magalhães, criou ou renovou organismos como: Centro Nacional de Referência Cultural (1975); IPHAN (1979); SPHAN e Pró-Memória (1979), Secretaria de Cultura do MEC (1981) até sua morte prematura em 1982” (MAGALHÃES *apud* RUBIM, 2007, p. 22), programas que caracterizam com maior atenção ao saber popular e artesanato.

A Fundação Nacional Pró-Memória, criada pela Lei n.º 6.757 de 1979, tinha por objetivo junto a SPHAN auxiliar as políticas públicas para a preservação do patrimônio cultural, porém o órgão foi extinto em 1990 (REZENDE *et al*, 2023).

Com a crise do regime militar, a política de preservação começa a ser discutida, e em especial a contestação do caráter nacionalista (FONSECA, 2005, p. 13). E em novos tempos, o perfil dos intelectuais também contribuíram para a revisão de valores das instituições. Que perduraram pelas duas décadas seguintes, colaborando para nova noção de patrimônio, que segundo Fonseca (2005, p. 14), “o que significou vincular a temática da preservação à questão do desenvolvimento” resultando na politização da prática de preservação.

Anos 70 e 80 com a abertura do regime militar, articula-se com outras áreas do governo e principalmente com movimentos sociais, características de uma sociedade democrática participativa. Estimulando a participação social, que apesar de o regime militar ainda se manter no poder, inicia-se uma relação mais próxima entre o Estado e a sociedade civil.

A ditadura militar no Brasil durou 21 anos, entre 01 de abril de 1964 até 15 de março de 1985, e ainda nos assombra com seus apoiadores, mas principalmente por seus herdeiros militares que buscam viver novamente os dias de poder sob a nação.

Em 1985 foi criado o Ministério da Cultura, durante o governo do Presidente José Sarney (Partido do Movimento Democrático Brasileiro - MDB), e como descreve Calabre logo no início do Ministério este enfrentou problemas, seja por “ordem financeira como administrativa”. Faltava pessoal para cuidar do conjunto de atribuições que cabiam a um Ministério, recursos financeiros para a manutenção dos programas existentes e até mesmo espaço físico para a acomodação da nova estrutura” (CALABRE, 2006, p. 07).

É nesta conjuntura que se cria a primeira política pública de incentivo à cultura no Brasil, Lei n.º 7.505, chamada de “Lei Sarney”, estabelecendo a isenção de até 10% do Imposto de Renda para empresas quando tais recursos fossem investidos em produções artísticas brasileiras. A Lei Sarney recebeu críticas por não exigir tivesse circulação pública e problemas com a prestação de contas, sendo revogada pelo então presidente Fernando Collor de Mello, que em 1991 sancionou a Lei Rouanet. A Lei Rouanet, criado em dezembro de

1991, foi promulgada a Lei n.º 8.313, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura, representou uma forma de “injetar novos recursos financeiros no setor através do mecanismo de renúncia fiscal” (CALABRE, 2006, p. 07).

Sucessivamente, o “caçador de marajás”, o presidente Fernando Collor de Mello (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB), eleito em 1990, em sua rápida permanência no cargo, e como “Governo Federal extinguiu todas as suas instituições culturais” (FUNARTE, 2023). O presidente Collor ficou no cargo por apenas dois anos, pois foi acusado de corrupção, sendo impugnado de seu mandato (impeachment), deixando seu vice como presidente Itamar Franco (pelo Partido da Reconstrução Nacional – PRN) até 1995, e durante seu governo o Ministério da Cultura foi recriado, assim como a instituição FUNARTE, marcando o início de uma nova política, “mais voltada para as leis de mercado, na qual o Ministério tinha cada vez menos poder de interferência” (CALABRE, 2007, p. 08).

Seguidamente, o presidente Fernando Henrique Cardoso (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB), seu governo foi marcado como “o ponto final da transição para democracia”, vencendo as eleições democraticamente, governou o país de 1995 até 2003. Este “novo governo caracteriza-se pela implementação, de modo menos tosco e mais enfático, do projeto neoliberal no Brasil”, e ainda pela profunda retração do Estado, com privatizações e submetendo o Estado ao mercado. Não houve avanço significativos na área cultural, porém ficou marcada a publicação do Ministério da Cultura intitulada como “Cultura é um bom negócio”, caracterizando o ideal liberal de mercado centralizador que permeia até hoje as políticas públicas no Brasil (RUBIM, 2007, p. 26).

Para Maria Carolina Vasconcelos Oliveira (2016b, p. 44) a partir dos anos 2000, as políticas culturais sob a

perspectiva neoliberalista de privatização das ações culturais começou a ser questionada pela sociedade civil, pela classe teatral organizada, a partir do momento em que o dinheiro público, pela via da isenção de impostos, ficava ao sabor da escolha dos departamentos de marketing cultural das empresas, para fazer uso de dinheiro público no fomento de ações que fortalecem a marca do patrocinador em benefícios privados.

Em 2003 é eleito Luiz Inácio Lula da Silva pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e traz um novo olhar para as políticas públicas no Brasil.

Nomeado como ministro da Cultura por Lula, o cantor Gilberto Gil, segundo Oliveira (2016a, p. 20) assume um novo direcionamento marcado por duas características, a primeira “o desejo de uma retomada do papel do Estado na política cultural e do fortalecimento das instituições” e a segunda é “o foco na questão da cidadania cultural” em consonância com a Constituição de 1988.

No seu primeiro ano de gestão, foram implementadas pelo Ministério da Cultura (MinC) diversas ações como consultas e fóruns, para estimular a participação de diversos segmentos artísticos e da sociedade civil. Foram criadas secretarias de Políticas Culturais, de Articulação Institucional, da Identidade e da Diversidade Cultural, de Programas e Projetos Culturais e a de Fomento à Cultura. Ações que deram suporte à nova estrutura administrativa para a elaboração de projetos e ações culturais em maior prazo de execução (CALABRE, 2007, p. 11).

Segundo Calabre (2006, p.10) “em 2004, o Ministério da Cultura firmou um acordo de cooperação técnica com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com objetivo de desenvolver uma base de informações relacionada ao setor cultural a partir das pesquisas correntes produzidas pela instituição”, e assim ao coletar os dados do setor cultural garante subsídios para elaboração de planos, e ações políticas contribuindo para delimitar o produto cultural do serviço cultural.

Os governos Lula foram marcados positivamente justamente na área cultural, conforme Rubim, indica que a presença de um nome internacional como o de Gilberto Gil contribuiu para a internacionalização do Ministério, e “neste patamar, o Brasil assumiu posições políticas importantes como a luta pela diversidade cultural no relevante encontro da UNESCO, realizado em Paris em 2005, sobre o tema” (RUBIM, 2007, p. 30).

Ainda na captação de recursos aprimorada no Governo Lula destaca-se por avanços como a “criação de uma política perene, e não sazonal, e a implementação de vários programas, assim como o fortalecimento de diversos coletivos”, avanços que se deve ao

incremento orçamentário registrado na era Lula, em vez que no momento imediatamente anterior, na gestão Fernando Henrique Cardoso e de seu ministro Francisco Weffort, o orçamento da pasta correspondia a 0,14% do orçamento nacional, Com Lula, esse orçamento foi triplicado, entre 2003 e 2008 o valor aumentou 142%, segundo dados da ONG Contas Abertas, o que pode ser entendido

com um sinal do retorno da centralidade do Estado como protagonista na política cultural (FREITAS, TARGINO, GRANATO, 2021, p. 222).

Para Calabre (2007, p. 10), os primeiros quatro anos da gestão do Ministro Gilberto Gil (2003-2008) “foram de construção real de um Ministério da Cultura”, pois desde a redemocratização em 1985 o órgão sofreu por crises e descontinuidades. A gestão do Gil foi uma tentativa de retomar o papel do Estado nas políticas culturais e conseqüentemente na robustez das instituições. Ressalta-se que pela primeira vez se discute a inclusão das políticas públicas culturais, principalmente as expressões afro-brasileiras e indígenas.

Como destaque na preservação do patrimônio, criou-se o Estatuto dos Museus o pela Lei n.º 11.904 em 2009. Onde define a abrangências dos museus na Subseção I trata da “Da Preservação, da Conservação, da Restauração e da Segurança”

Art. 1º - Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (BRASIL, Lei 11.904/2009).

Também houve a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) a partir da Lei n.º 11.906, de 20 de janeiro de 2009, como autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério da Cultura. O IBRAM é responsável pela Política Nacional de Museus (PNM), fomentando políticas públicas de aquisição e preservação de acervos, integrando museus brasileiros. Atualmente o IBRAM administra 30 museus distribuídos em nove estados do Brasil, em sua maioria localizados na região sudeste (IBRAM, 2023).

O Plano Nacional de Cultura, criado pela Lei n.º 12.343, de 2 de dezembro de 2010, “é um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes, estratégias e metas que devem orientar o poder público na formulação de políticas culturais”. O PNC está previsto no artigo 215 da Constituição Federal de 1988, conforme o 1º artigo desta referida lei, o PNC tem uma duração de 10 (dez) anos. Aprovado em 2010, sua validade se daria até 2020, porém devido à

Pandemia do Covid, houve duas prorrogações e sua vigência está válida até dezembro de 2024.

Resultam dos governos Lula, o fortalecimento e protagonismo do Estado diante das políticas culturais, o caráter participativo e democrático das medidas, além da implantação do Sistema Nacional de Cultura; aprovação do Plano Nacional de Cultura; reformulação da Lei de Direitos Autorais; reformulação da Lei de Incentivo à Cultura e a construção do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (CALABRE, 2014).

Em análise “nota-se que os governos de Lula, com Gilberto Gil à frente da política cultural e num segundo momento, com Juca Ferreira, apesar dos erros e acertos, a política cultural alcançou expressivo patamar tanto nacional quanto internacional” (FREITAS; TARGINO; GRANATO, 2021, p. 222).

Em 2011, Dilma Vana Rousseff, filiada também ao Partido dos Trabalhadores (PT), chega à presidência do Brasil, a primeira mulher a assumir este cargo. Dilma chega ao governo e dá continuidade a maioria dos programas da gestão anterior. Porém, a política cultural neste período perdeu seu simbolismo e centralidade política. E a gestão foi tumultuada por manifestações contrárias à indicação da cantora Ana de Holanda como ministra, que foi posteriormente substituída por Marta Suplicy, porém também não teve o mesmo capital político para ocupar o cargo (FREITAS; TARGINO; GRANATO, 2021, p. 223).

No Governo Dilma, temos como resultado positivos os projetos: “Vale-Cultura; que é um benefício facultativo pago pela empresa ao trabalhador”, no valor de R\$ 50,00 para aquisição de produtos e serviços culturais (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2023); e a Lei Cultura Viva que é uma política pública cultural voltada para o reconhecimento e apoio às atividades e processos culturais já desenvolvidos, estimulando a participação social, a colaboração e a gestão compartilhada de políticas públicas o campo da cultura.

Freitas, Targino e Granato (2021, p. 224) identificaram com “o golpe de 2016 e a saída de Dilma Rousseff”, uma cruzada contra a cultura na gestão seguinte do presidente Michel Temer (Movimento Democrático Brasileiro – MDB). Não se comparando às crises da gestão anterior, após assumir a presidência, o novo governo em suas primeiras medidas vincula o Ministério da Cultura a uma secretaria subordinada ao MEC (Ministério da Educação), com

argumento de contenção de gastos. Em seguida, houve a proposta da extinção do Ministério da Cultura, que foi felizmente barrada naquele momento por diversos protestos em todo país.

Em 2018 o projeto conservador de extrema-direita ganhou as eleições e assumiu a presidência do Brasil com pautas de desestatização e moralismo. O governo de Jair Messias Bolsonaro (Partido Liberal – PL) diferente da gestão petista que ampliou o conceito de cultura e deu visibilidade mundial ao país, o recém-chegado se elegeu com o discurso difamatório das instituições públicas brasileiras, em especial a área cultural. Seu primeiro feito como presidente foi a extinção do Ministério da Cultura, que mesmo sob protesto foi usado como instrumento de demonstração de poder para intimidar manifestações de estudantes e artistas. O Ministério foi extinto e virou secretaria especial do Ministério da Cidadania, foi posteriormente transferido para uma secretaria do Ministério da Educação, e por último foi parar no Ministério do Turismo.

Foram oito os secretários nomeados pela presidência durante os quatro anos de Governo Bolsonaro, todos envolvidos com escândalos e cenas de escárnio ao campo cultural. Em destaque negativo deste governo, que ficarão nas páginas das “tristes tradições culturais do autoritarismo”, temos o pronunciamento oficial de Roberto Alvim em nome do Ministério da Cultura parecendo uma cópia grotesca da ótica nazista; da apalermada atriz Regina Duarte com clara exaltação dos bons feitos da ditadura militar, e também do ator Mário Frias, seguidor de Olavo de Carvalho, a mente ideológica por trás da ascensão reacionária do Brasil.

Somente no primeiro ano do Governo Bolsonaro, de acordo com Alex Pegna Hercog¹ houve

mudanças nos órgãos, fundações e autarquias vinculados à pasta de Cultura. O orçamento do Fundo Setorial Audiovisual, por exemplo, teve cortes de 43%. Durante 2019, deixou-se de investir mais de R\$700 milhões no setor de audiovisual, um dos mais afetados no campo da cultura. No projeto de lei enviado em setembro ao Legislativo, Bolsonaro propôs a redução de recursos no Plano Anual de Investimentos, que, apesar de prever a aplicação das respectivas verbas ainda em 2019, só foi aprovado em 17 de dezembro (HERCOG, 2023).

Em seguida, em 2019, são aplicadas novas regras à Lei Rouanet, e ainda, houve alteração na nomenclatura da lei, para que não houvesse vínculo

¹ Disponível em: <https://diplomatie.org.br/primeiro-ano-de-governo-bolsonaro-e-marcado-por-ataques-a-cultura/> Acesso em 27 out. 2023.

com as realizações dos governos petistas. Portanto, a lei passou a ser designada como Lei de Incentivo à Cultura, e tendo também seu orçamento drasticamente reduzido (FREITAS; TARGINO; GRANATO, 2021, p. 228). A alteração das regras da referida Lei visava ainda possibilitar o financiamento de projetos culturais realizados por igrejas, visto que as instituições evangélicas tiveram um papel central na política cultural deste governo. E o governo Bolsonaro, eleito sob o lema “Deus, Pátria e Família”, teve grande apoio das lideranças religiosas, especialmente os evangélicos neopentecostais, tido como os mais conservadores, e conseqüentemente, direcionando as ações das políticas culturais no governo.

Ainda no campo cultural, houve a indicação do Sérgio Camargo para a Fundação Palmares, o que trouxe mais críticas ao governo, pois o nomeado que é negro distorcia fatos tais como: “a escravidão foi um processo lucrativo para os africanos, defendeu o fim do Dia da Consciência Negra e atacou lideranças negras e o próprio Zumbi dos Palmares” (HERCOG, 2023).

Em decorrência de discursos contracultura, o governo Bolsonaro encontrava apoio de seus eleitores, e deste feito é notório indicar que

fenômeno político designado por bolsonarismo tem sido capaz de articular, no mesmo espectro, uma retórica populista e antielitista com as guerras culturais entre conservadores e movimentos sociais identitários e com antagonismo entre esquerda e antipetistas inspirados pela “guerra contra a corrupção (FREITAS; TARGINO; GRANATO, 2021, p. 229).

O governo foi marcado por provocações, notícias falsas, proibições e censuras, e utilizando a máquina pública para conter artistas considerados progressistas. E como se estivesse em uma guerra cultural, atacava personalidades que se opunham ao seu projeto de poder com características conservadoras nas pautas moral e sendo neoliberal nas políticas públicas, deixando o mercado o agir sem intervenção do estado.

Sem dúvidas o governo Bolsonaro, pode ser considerado uma verdadeira ameaça às políticas culturais e também à democracia brasileira. O governo Bolsonaro foi marcado por episódios de desrespeito a pessoas e organizações, por desinformação como narrativa de poder, resultando num descrédito da sociedade diante das instituições brasileiras.

Em 2023, após a sucessão presidencial com a vitória do presidente Lula novamente, o Brasil entra em uma nova fase quanto à política cultural. Há a necessidade de reconstrução de secretarias, pastas e principalmente do Ministério da Cultura. Há também necessidade urgente de aumentar os orçamentos para área, bem como remodelar programas que busquem retomar ações de desenvolvimento de reestruturação do segmento cultural na totalidade.

Contudo, como vimos historicamente, o descaso com a cultura no Brasil não é uma novidade, e ao longo dos anos o campo cultural sofreu com a desvalorização e com o preconceito. Mesmo quando se está tutelado pelo estado há ocorrência de negligência na seguridade do patrimônio cultural, são vários os danos e perdas ao patrimônio nacional, como exemplos podemos citar alguns casos marcantes para o Brasil:

- 2010 – Instituto Butantan (SP)². Incêndio devido à pane elétrica “destruiu 82 mil espécimes de serpentes e cerca de 450 mil aranhas e escorpiões reunidos por pesquisadores e colaboradores nos últimos 120 anos”, a maior do país.
- 2015 – Museu da Língua Portuguesa (SP)³. Incêndio destruiu o telhado da edificação histórica e causou a morte de um bombeiro civil que atuou no combate às chamas.
- 2018 – Museu Nacional (RJ)⁴. Como já mencionado neste texto, foi quase destruído por um incêndio causado pela falta de manutenção predial.
- 2021 – Cinemateca Brasileira (SP)⁵. Incêndio na quinta maior cinemateca em restauro do mundo, que abrigava 250 mil rolos de filmes e também programas de TV e jogos de futebol.

E por isso, questiona-se como os estados brasileiros, no campo cultural, se articulam diante de tantas instabilidades federais? Qual o impacto destas ações na segurança dos seus museus estaduais?

² Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/fogo-no-butantan/> Acesso em: 29 set. 2023

³ Disponível em: <https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/reconstrucao/linha-do-tempo/> Acesso em: 29 set. 2023

⁴ Disponível em: <https://museunacionalvive.org.br/> Acesso em: 29 set. 2023

⁵ Disponível em: <https://causp.gov.br/incendio-da-cinemateca-mais-uma-perda-para-o-patrimonio-nacional/> Acesso em: 29 set.

Assim sendo, o próximo capítulo apresentará o estudo de caso de Santa Catarina, será apresentado o panorama da situação catarinense trazendo sua trajetória histórica nas políticas culturais e ações da principal instituição museológica, a Fundação Catarinense de Cultura (FCC), cujo objetivo é de executar políticas de apoio ao patrimônio cultural do estado.

3. POLÍTICAS CULTURAIS CATARINENSE

O presente capítulo apresenta breve histórico do estado de Santa Catarina e seu desenvolvimento cultural, que contribuíram para a elaboração das políticas públicas estatais.

3.1 HISTÓRICO DE SANTA CATARINA E DESENVOLVIMENTO CULTURAL

Em 1515 chegou, no que hoje é delimitado o território de Santa Catarina, a primeira expedição portuguesa sob comando do Juan Dias Solis. Nessa época, o litoral catarinense era habitado pelos povos carijós do grupo tupi-guarani. Em 1526, a serviço da Espanha, desembarca a expedição do italiano Sebastião Caboto, onde se publicam os primeiros mapas da região, denominando a Ilha de Santa Catarina de “Porto dos Patos”. No entanto, o povoamento colonial no território catarinense começou somente a partir de 1637 com a chegada dos bandeirantes, que iniciaram a ocupação da futura capital, Nossa Senhora do Desterro, que posteriormente denominado de Florianópolis⁶ (HISTÓRIA DE SANTA CATARINA, 2023).

Inicialmente a ocupação colonial se deu apenas na porção litorânea do estado, formando vilas que auxiliavam na rota dos navegadores europeus pela região sul. E deste modo, fundaram-se as vilas de Nossa Senhora da Graça em 1660 (hoje conhecida por São Francisco do Sul), e em 1714 estabeleceram o chamado de Santo Antônio dos Anjos da Laguna (hoje Laguna), considerado o segundo município de Santa Catarina (CULTURA DE SANTA CATARINA, 2023).

A coroa portuguesa, a partir da porção meridional do Brasil, elaborou uma política de povoamento e colonização do Sul do país, numa necessidade de ocupar vazios territoriais. E assim, a ocupação definitiva de Santa Catarina começou no século XVII. Deste modo, após muitos conflitos de terra na região sul entre portugueses e espanhóis, o governo brasileiro fomentou a colonização europeia no sul do Brasil, e a partir de 1829 chegaram os primeiros alemães e em 1877 os italianos, que aqui puderam formalmente fundar colônias (CORRÊA, 1999).

⁶ Disponível em: <https://estado.sc.gov.br/conheca-sc/historia/>. Acesso em 24 out. 2023.

Ainda de acordo com Corrêa, a vinda dos colonizadores europeus foi impulsionado por iniciativa do estado brasileiro e também por iniciativa privada, observou haver as mesmas condições de colonização entre italianos e alemães, onde os italianos, além das atividades comuns da agricultura e artesanato, introduziram em Santa Catarina a viticultura e a sericultura. E os alemães, também se tornaram pequenos proprietários rurais, e alguns formaram comércios (CORRÊA, 1999, p. 37).

Para o IPHAN (2011) o fluxo migratório europeu no sul do Brasil determinou os traços econômicos e culturais na região. Estima-se que no Brasil, tenha recebido 5 milhões de imigrantes aproximadamente, e a maioria foi alocada nas regiões sul e no estado de São Paulo.

A inserção de imigrantes europeus no regime de colonização, segundo Seyferth, a partir do século XIX resultou na “formação de subsistemas culturais refletidos nas denominações nacionais dos núcleos coloniais e em suas correspondentes identidades (étnicas), criadas e recriadas ao longo do tempo nas formas coletiva e individual” (SEYFERTH, 2012, p. 13).

Cada grupo étnico pôde organizar suas vidas, instalar suas escolas e igrejas, estabelecer suas lideranças, “formando as primeiras gerações ainda no espírito e segundo as tradições dos pais e avós imigrados”. Muitos grupos viveram isolados nas colônias, inclusive sem falar português, se comunicando nos seus idiomas estrangeiros de origem europeia (RIBEIRO, 1995, p. 438).

Deste modo, houve uma grande diversidade étnica resultante do processo imigratório em Santa Catarina, que apesar de pouco discutida, apresenta-se apenas sob a ótica das culturas europeias, com exceção da cultura japonesa presente no meio-oeste, ocultam-se as influências não europeias, como dos povos originários brasileiros, as culturas africanas e latino-americanas.

Num imaginário construído Santa Catarina se vende branca, de olhos azuis e com dupla cidadania europeia, na clara tentativa apagamento das referências diversas e genuínas das culturas brasileiras, com suas influências afro-brasileiras, indígenas e caboclas.

É notória a referência colonial prevalente no âmbito cultural do estado. Com intuito de apresentar sua cultura, o governo estadual apresenta em seu

site oficial a página intitulada “Conheça Santa Catarina”⁷, e nela são destacadas de modo breve cada importante tema de interesse geral, tais como a constituição, economia, geografia, história, cultura e outras áreas. Quanto ao descritivo sobre o tema cultura, apresenta a seguinte informação:

Os casarões portugueses do Litoral, a arquitetura em estilo enxaimel no Vale do Itajaí e no Norte do Estado e as tradições italianas ainda fortes no Oeste são exemplos concretos da diversidade cultural catarinense, hoje enriquecida com a soma de novos sotaques e costumes daqueles que escolheram Santa Catarina para viver. [...] Há conjuntos históricos que representam outras etnias europeias que também participaram, em menor escala, da colonização do Estado. A cidade de Treze Tílias, no Meio-Oeste, foi fundada por imigrantes austríacos vindos da região do Tirol e parece uma vila típica saída dos Alpes. Outros dois grupos étnicos com contribuições arquitetônicas que merecem destaque são os poloneses e os ucranianos (CULTURA DE SANTA CATARINA, 2023).

Percebe-se o enaltecimento às culturas europeias que chegaram no estado no século XIX, e conseqüentemente reflete na atual tipologia encontrada na maioria dos museus catarinenses, que segundo o Relatório de Cadastro Catarinense de Museus, ano 2021, das 166 instituições museológicas participantes do referido cadastramento, 62% informaram ser do tipo histórico. Destes museus, 60,2% são instituições administradas ao nível municipal, e 67,5% dos acervos foram constituídos por doações (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2021).

Sabemos que “os museus, os grupos folclóricos e outras instituições voltadas às tradições culturais e à história são igualmente importantes na conformação de uma memória coletiva da colonização” (SEYFERTH, 2012, p. 31).

Os museus, em especial no âmbito municipal,

contam o passado colonial através de dois eixos principais: um deles aponta às trajetórias bem-sucedidas das lideranças comunitárias, pessoas que se destacaram na administração colonial, na vida política após a emancipação municipal, nas associações, nas escolas, na imprensa em língua alemã, nas atividades econômicas (industriais e comerciantes abonados); o outro focaliza o colono comum, anônimo, aquele da casa em enxaimel mobiliada com móveis rústicos. De certo modo, todos recebem a aura de colonos pioneiros, mesmo aqueles que não passaram pela condição de cultivador de um lote colonial. No segundo caso, prevalecem os móveis rústicos, os panos bordados com dizeres em alemão relativos à religião, à moral ou ao trabalho, os instrumentos usados pelo agricultor, etc. De certo modo, revelam a estrutura do núcleo colonial formada pelo povoado (que cresce até se tornar cidade e sede municipal) e pelas Linhas (e seus lotes coloniais) que cortam a paisagem rural. Alguns museus

expõem antigos teares e outras máquinas e instrumentos alusivos ao início da industrialização e, nesse caso, a memória reporta-se ao desenvolvimento econômico que reforça a ideia de progresso (SEYFERTH, 2012, p. 31).

O tradicionalismo/conservadorismo de extrema-direita em Santa Catarina vem ganhando destaque nos últimos anos. O estado que mais deu votos para o governo Bolsonaro na eleição de 2022 (62,21%) acabou se tornando um significativo reduto da extrema-direita no Brasil. Fatores que colaboram para uma identificação distorcida da realidade brasileira, inclusive apresentando casos crescentes de manifestações neonazistas⁸, propagando um ideário ariano, racista, machista e misógino.

Porém, apesar da exaltação ao processo imigratório em Santa Catarina, os museus do estado encontram-se em situação de alerta e com iminentes riscos quanto à segurança das suas instalações. De modo geral, as próprias instituições autodiagnosticaram situações preocupantes, visto que:

- 44,6% dos museus informaram não possuírem estratégias de segurança e emergência;
- 51,8% informam não possuir política de conservação ou ter setor de atividade de conservação;
- 37,30% não possui equipamentos de controle ambiental;
- 45,20% registram infiltração como maior dano à edificação, seguido por 27,70% furto ou roubo, 13,90% rachaduras crônicas, 13,30% vazamentos, 7,20% inundação, 2,40% desabamento e 1 ocorrência de soterramento (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2021).

Situação preocupante, visto que tivemos casos recentes de perdas patrimoniais no estado, tais como o fechamento em 2022 do Museu de Arte de Santa Catarina (MASC)⁹ em Florianópolis após chuva danificar o telhado e atingir obras do espaço; e a completa destruição causada por um incêndio do Museu da Paz¹⁰ em Frei Rogério em 2018.

⁸ Disponível em: <https://caterinas.info/historiador-explica-por-que-santa-catarina-tem-tantos-grupos-neonazistas/> Acesso em: 15 out. 2023

⁹ Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/museu-de-arte-de-santa-catarina-e-fechado-para-visitacao-apos-chuvas-afetarem-telhado/> Acesso em: 15 out. 2023

¹⁰ Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/incendio-destroi-o-museu-da-paz-de-frei-rogerio> Acesso em: 15 out. 2023

E ainda, os museus catarinenses respondentes do cadastro, também apresentaram informações que indicam haver a necessidade de suporte técnico especializado na área Museológica, tais como:

- 74,10% dos museus não possuem plano museológico;
- 67,5% informaram não possuir um setor específico para documentação museológica;
- 68,1% não possuem política de acervo;

O relatório aponta para urgência de investimentos em ações pontuais nos museus, que colaboraram para a rotina diária nas atividades básicas de funcionamento dos museus. Assim como foi identificado pelo referido relatório, os museus e instituições museológicas de Santa Catarina possuem em seu quadro funcional apenas 12,07% de profissionais de Museologia. Sendo que há apenas um curso de graduação na área de Museologia no estado, criado em 2009 pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que poderia contribuir para formação de novos profissionais ou auxiliar tecnicamente os museus formando parcerias com ações que possam contribuir para as atividades dos museus.

Diante do exposto, fica o questionamento quanto às fragilidades encontradas nos museus de Santa Catarina. Quais são as propostas desenvolvidas pela Fundação Catarinense de Cultura que garantam a segurança do patrimônio cultural estadual?

3.2 FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA

A Fundação Catarinense de Cultura (FCC)¹¹ foi criada em 24 de abril de 1979, como pessoa jurídica de direito público, por meio do Decreto Estadual de n.º 7439/1979, tendo como missão “valorizar a cultura por meio de ações que estimulem, promovam e preservem a memória e a produção artística catarinense” (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2023).

Segundo Pistorello (2020), com a criação da FCC, como instituição responsável pela preservação do patrimônio cultural no estado catarinense, influenciou a instalação do IPHAN no estado, com a abertura do escritório em

¹¹ Disponível em: <https://cultura.sc.gov.br/a-fcc/sobre/historico> . Acesso em: 29 out. 2023.

Florianópolis em 1983. E conseqüentemente houve um aumento expressivo na quantidade de tombamentos, e destes, muitos estavam relacionados ao patrimônio material dos imigrantes, que culminaram na projeção nacional de Santa Catarina, formando uma frente de parcerias entre a FCC e o IPHAN.

Assim, nos primeiros anos de atuação do FCC foram elaborados mapas, inventários e pesquisas sobre o patrimônio dos imigrantes europeus em Santa Catarina. E apesar de descentralizar as ações do IPHAN no estado, acabou fortalecendo uma maior interação entre as instituições em âmbito do governo federal e estadual para área patrimonial (PISTORELLO, 2020).

Atualmente a FCC, em sua missão¹², deve

preservar, fomentar e difundir o Patrimônio Cultural e as práticas e processos artístico-culturais, por meio de Políticas Públicas pautadas pelo Sistema Estadual de Cultura, de forma ética e transparente, assegurando a cultura como direito fundamental para o exercício da cidadania (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2023).

A atuação do FCC abrange o trabalho com o patrimônio cultural no estado de Santa Catarina, a partir de ações museais como tombamentos de edificações, processos de registro, e ainda restauração e conservação de bens culturais. E também atua na difusão da produção artística, promovendo oficinas, publicações especializadas na área, articulando eventos de teatro, dança, música, pintura, fotografia e etc. (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2023).

Sob sua responsabilidade, a FCC possui diversos equipamentos culturais situados em Florianópolis, sendo eles: o Teatro Álvaro de Carvalho (TAC), Teatro Pedro Ivo, Teatro Ademir Rosa, Museu de Arte de Santa Catarina (MASC), Museu de Imagem e Som (MIS/SC), Oficinas de Arte, Escolinha de Artes, Espaço Cultural Lindolf Bell e a Biblioteca de Arte & Cultura (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2023).

A FCC também atua como administradora direta de outras instituições culturais tanto na capital como em outras cidades. Em Florianópolis administra a Galeria do Artesanato da Casa da Alfândega, a Biblioteca Pública de Santa Catarina, o Museu Histórico de Santa Catarina, e a Casa da Literatura Catarinense Poeta Cruz e Sousa. Já em outras cidades catarinenses administra o Museu Etnográfico Casa dos Açores em Biguaçu, a Casa de

¹² Disponível em: <https://cultura.sc.gov.br/a-fcc/sobre/missao-e-visao>. Acesso em 29 out. 2023.

Campo Governador Hercílio Luz em Rancho Queimado e o Museu Nacional do Mar - Embarcações Brasileiras em São Francisco do Sul (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2023).

E deste modo, em referência às políticas culturais, são ações práticas formuladas pelo estado que acabam contribuindo para a criação da memória e identidade coletiva, ou no caso catarinense de criar “uma identidade étnica para o país a partir da atribuição de determinados valores aos bens culturais ligados à imigração e, sobretudo, construíram essa identidade a partir dos instrumentos de salvaguarda do patrimônio” (PISTORELLO, 2020, p. 20).

Em Santa Catarina, o estado se caracteriza como um coletivo de culturas diversas. As instituições responsáveis pelo estímulo e promoção cultural, quando privilegia a cultura estrangeira europeia, assume o que Fonseca (2005, p. 35) identifica que embora a proteção incida sobre as coisas, pois estas é que constituem o objeto da proteção jurídica, o objetivo da proteção legal é assegurar a permanência de valores culturais nelas identificados.

Como importante medida de apoio à proteção do patrimônio cultural, a FCC promove ações para obtenção de recursos financeiros e dá suporte às instituições museológicas em Santa Catarina. São as ações que visam a captação de recursos para as diversas áreas culturais, por meio de edital e concurso, tais como:

- Edital Elisabete Anderle (Lei n.º 15.503, de 29 de junho de 2011) - Prêmio se destina à produção, circulação, pesquisa, formação, preservação e difusão cultural de trabalhos artísticos;
- Fórum Catarinense de Museus – Reúne profissionais dos museus e da cultura para discutir a situação dos museus do estado;
- Prêmio Catarinense de Cinema – Conceder apoio financeiro à seleção de projetos audiovisuais, visando ao fomento do setor audiovisual no estado de Santa Catarina;
- Programa de Incentivo à Cultura (PIC) – Concessão de incentivo fiscal para projetos culturais, no âmbito do Estado de Santa Catarina;
- Atividades, como oficinas e cursos para suporte técnico aos museus;

- Publicações técnicas de apoio às atividades museológicas.

A FCC tem como visão¹³ institucional

ser reconhecida pela excelência no planejamento e implementação de Políticas Culturais construídas de forma participativa que garanta a diversidade e a transversalidade, e que ampliem e democratizem o acesso à criação, aos serviços e aos bens culturais (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2023).

Atualmente a FCC é presidido por Rafael Nogueira, que desde a divulgação da sua nomeação em fevereiro de 2023 vem trazendo desconforto com a classe artística catarinense¹⁴, que em conjunto chegaram a elaborar uma carta endereçada ao Governador de Santa Catarina contendo 1233 assinaturas de artistas catarinenses expressando descontentamento com sua indicação. No entanto, sua indicação foi efetivada, e se tornou mais uma vitória da extrema-direita em Santa Catarina, tendo eleito para governador Jorginho Mello (PL), e assinalando uma resistência do poder do conservadorismo no sul do Brasil.

Contudo a FCC tem base sólida de anos de trabalho e com relevante contribuição cultura, e assim como formuladora das políticas culturais no estado, desenvolve mecanismos de ação e apoio às instituições museológicas, tais como legislação pertinente atualizada que dê suporte jurídico à área, e ainda programas de gestão às rotinas administrativas dos museus. Deste modo, a FCC instituiu o Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina (SEM/SC), Plano Setorial Estadual de Museus.

3.2.1 SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS DE SANTA CATARINA

O Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina (SEM/SC) foi criado pelo decreto n.º 599, de 18 de outubro de 2011, assinado pelo governador João Raimundo Colombo (Partido Social Democrático), compondo “a estrutura administrativa da FCC, cabendo-lhe elaborar e coordenar a sistematização das políticas públicas no campo museológico” (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE

¹³ Disponível em: <https://cultura.sc.gov.br/a-fcc/sobre/missao-e-visao>. Acesso em 29 out. 2023

¹⁴ Disponível em: <https://catarininas.info/nomeacao-de-rafael-nogueira-e-apontada-como-ameaca-a-cultura-catarinense/> Acesso em: 20 out. 2023

CULTURA, 2023). É uma rede organizada, coordenação vinculada à Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura (FCC/DPAC). De adesão voluntária, conta com mais de 223 instituições museológicas, públicas e privadas do Estado de Santa Catarina, dentre elas universidades, centros de memória, museus públicos e privados, etc.

- **Fórum de Museus:** realizado a cada dois anos, possui caráter consultivo e deliberativo, discute e apresenta propostas para a Política Estadual de Museus, propõe resoluções; apoia e incentiva a participação e a conscientização dos profissionais, e ainda elege o Comitê Gestor representativo. Já houve cinco edições do fórum, sendo que o último aconteceu em Laguna no ano de 2019;
- **Cadastro Catarinense de Museus de Santa Catarina:** é um programa permanente de iniciativa da FCC com coordenação da SEM/SC e “é um programa criado para ser uma ferramenta de constante levantamento de informações sobre os museus catarinenses e desde seu lançamento tem possibilitado o estabelecimento de parâmetros para a certificação e o registro das instituições”, obtendo dados importantes para planejamento e elaboração das políticas públicas para área museológica do estado.
- **Programa de Capacitação Museológica:** oferecendo capacitação aos profissionais, estudantes e pesquisadores do campo de museus de Santa Catarina. (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2023).

O SEM/SC divide o estado de Santa Catarina em sete regiões museológicas, para facilitar a sistematização de informações e posterior execução de políticas públicas para cada região, sendo que os parâmetros de divisão foram estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo eles: 1) Região Oeste; 2) Região Meio Oeste; 3) Região da Serra; 4) Região Sul; 5) Região da Grande Florianópolis; 6) Região do Vale do Itajaí e 7) Região Norte, conforme Figura 1 mapa a seguir:

Figura 1 – Regiões Museológicas de Santa Catarina.



Fonte: Fundação Catarinense de Cultura, 2023.

Ainda, o SEM/SC também é responsável pela divulgação de publicações relacionados à área museológica no estado, sendo eles: Coleção de Estudos Museológicos; Guia de Museus de Santa Catarina; Caderno de Orientação do Cadastro Catarinense de Museus; Relatório do Cadastro Catarinense de Museus; Relatórios sobre impactos da pandemia da Covid-19 (anos 2020, 2021 e 2022); divulgação sobre o Fórum Catarinense de Museus (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2023).

3.2.2 POLÍTICA ESTADUAL DE MUSEUS

A Política Estadual de Museus¹⁵, formulada a partir do 1º Fórum Estadual de Museus de Santa Catarina, promovido pela FCC e ocorrido na cidade de Florianópolis, em 2005, tem como princípios básicos:

1. Democratização do acesso aos bens culturais no Estado de Santa Catarina aos mais diversos segmentos da sociedade;
2. Estabelecimento e consolidação das políticas públicas voltadas para a construção/afirmação das identidades locais;

¹⁵ Disponível em: <https://cultura.sc.gov.br/a-fcc/patrimoniocultural/sem/planos-e-politicas-estaduais-de-museus#politica-estadual-de-museus>. Acesso em: 30 out. 2023.

3. Valorização do Patrimônio Cultural sob a guarda dos museus de Santa Catarina, por meio de ações de comunicação museológica, gestão pública e pesquisa do mesmo;
4. Respeito à diversidade cultural presente no Estado de Santa Catarina frente às ações homogeneizadoras;
5. Garantia da participação das comunidades nos processos de preservação (musealização, tombamento, exposição, acervo, pesquisa) do Patrimônio Cultural em Santa Catarina;
6. Estímulo à contratação e à formação de quadro funcional especializado para os museus de Santa Catarina;
7. Incentivo ao desenvolvimento da função educativa dos museus (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2023).

3.2.3 PLANO SETORIAL ESTADUAL DE MUSEUS

O Plano Setorial Estadual de Museus objetiva consolidar um planejamento estratégico que, a longo prazo, garanta a participação do Estado em políticas de qualificação, valorização e fomento das instituições museológicas. Com vigência de 10 anos, fazendo parte do Plano Estadual de Cultura, contribuirá com uma ferramenta de gestão e planejamento de políticas públicas, apresentando seis eixos para ações, sendo eles: capacitação e formação; gestão; financiamento e fomento; democratização do acesso aos bens culturais; acervos e pesquisa (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2023).

Contudo, num aspecto geral, o estado catarinense demonstra preocupação na elaboração de diversas políticas públicas com o intuito de preservar e estimular o patrimônio cultural no estado.

O MHSC tem grande relevância para o estado, e foi criado no intuito de preservar a história de Santa Catarina. Deste modo, a instituição possui acervo de relevante significado como patrimônio catarinense, sendo de extrema importância que este acervo seja preservado. Possibilitando maior compreensão dos eventos e das personalidades que contribuíram para a atual conjuntura da sociedade. Portanto, as questões relacionadas à segurança do MHSC deveriam ser uma das principais preocupações da FCC, garantindo a proteção e manutenção necessárias para preservação cultural deste e demais museus catarinenses.

No entanto, com objetivo de identificar a situação efetiva das políticas públicas destinadas aos museus no estado, o próximo capítulo analisa a aplicabilidade destas das políticas culturais no Museu Histórico de Santa

Catarina, construído no século XVIII, é apresentado como símbolo cultural catarinense e como principal atrativo turístico da área central da capital do estado, Florianópolis.

4. MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA

O presente capítulo pretende analisar a situação das políticas culturais do estado e sua aplicabilidade no Museu Histórico de Santa Catarina. Apresentando inicialmente o museu e seu contexto histórico, e juntamente com análise da entrevista realizada com os profissionais do museu.

4.1 UM MUSEU NO PALÁCIO

O Museu Histórico de Santa Catarina (MHSC) foi criado como instituição museológica pela Lei Estadual n.º 5.476, de 4 de outubro de 1978. Sua criação foi desenvolvida a partir do pedido do governador do estado catarinense Antônio Carlos Konder Reis, que em 1977 designou um grupo de trabalho para a criação de um museu que abrangesse a história do Estado de Santa Catarina. A partir da aprovação do decreto, a inauguração do MHSC ocorreu em 2 de março de 1979 (BRUHNS, 2010).

A função inicial do museu, descrita pelo já citado grupo de trabalho, era de ser incumbido em “contar a história política do Estado, através, prioritariamente, de documentação que registrasse a história dos governadores do Estado. O Museu, assim, nasceu e teria uma função política” (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2016, p. 44).

O museu inicialmente foi sediado na Casa da Alfândega, conforme determinação descrita em termo de abertura da instituição, e posteriormente, em 1986 o MHSC foi transferido para o no Palácio Cruz e Souza, estando atualmente num edifício construído no século XVIII situado em Florianópolis, na rua XV de novembro, n.º 227, no centro histórico da cidade. Sua construção foi projetada por José da Silva Paes, designado como brigadeiro da então Capitania da Ilha de Santa Catarina durante o período de 1739 até 1749 (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2016).

A edificação era conhecida oficialmente como Palácio dos Despachos de governo do Estado de Santa Catarina, e a partir da Lei n.º 5.512 de 20 de fevereiro de 1979, o Palácio recebe nova nomenclatura oficial, incorporando o nome do poeta Cruz e Souza¹⁶. João da Cruz e Sousa nasceu em Florianópolis

¹⁶ Disponível em: <https://cultura.sc.gov.br/espacos/mhsc/cruz-e-souza>. Acesso em 29 out. 2023.

quando ainda se chamava de Desterro, em 24 de novembro de 1861, filho de escravos alforriados, em 1874, ganhou uma bolsa de estudo para o Ateneu Catarinense. Escritor, trabalhou em revistas e jornais, sendo reconhecido como grande líder e o maior representante do movimento Simbolista. Autor dos livros “Missal e Broquéis”, “Evocações”, “Faróis” e “Últimos Sonetos”. Cruz e Souza morreu de tuberculose em 19 de março de 1898 em Sítio, Minas Gerais. Seus restos mortais foram trasladados do Rio de Janeiro para Florianópolis no dia 26 de novembro de 2007, encontram-se até hoje sob guarda do MHSC (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2023).

4.2 UM MUSEU HISTÓRICO

O prédio do MHSC é tombado como patrimônio histórico do Estado, através da Lei n.º 5.476 de 22 de dezembro de 1980 e pelo Decreto n.º 21.326 de 26 de janeiro de 1984 (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2023).

Com sua estrutura imponente se destaca no centro da cidade, marcado como um monumento histórico, artístico, representando uma referência cultural catarinense. Situado no centro histórico de Florianópolis, ao lado dos principais pontos turísticos, ao lado da Praça XV de Novembro, conhecida popularmente como Praça da Figueira, nas proximidades da Catedral Metropolitana de Florianópolis, e também do Museu de Florianópolis e Museu Victor Meirelles.

O Palácio Cruz e Souza ao abrigar o MHSC tornou-se um símbolo da cidade, e ao longo dos anos atua na memória afetiva dos cidadãos e seus visitantes, uma vez que MHSC é um importante atrativo turístico de Florianópolis.

Atualmente o MHSC tem visitação aberta ao público de terça a sexta-feira, no horário das 10h às 17h; sábado, das 10h às 13h. Permitindo a visitação apenas ao andar térreo, devido ao piso superior do museu estar passando por processo de restauro e inventário.

O Palácio é composto por três pavimentos, identificados como subsolo, pavimento térreo e pavimento superior, rodeado de lindos jardins, com área construída num total de 1.829,24 m². O seu conjunto arquitetônico eclético do final do século XIX, caracterizado por harmonia de estilos, mesclando o barroco com o neoclássico. A edificação que abriga o museu é pintada externamente

em cor rosa, apresenta “platibandas do telhado, existem figuras simbólicas inspiradas na mitologia greco-romana, modeladas com cimento”, internamente no hall de entrada há escadaria em mármore Carrara; assoalho em marchetaria e parquetes; portas e mobiliário em madeira nobre; pinturas murais no teto e paredes; vitrais com influência *Art Nouveau* na Sala de Jantar.; pisos, soleiras, escadas e guarda-corpos também em mármore; lustres em cristal, claraboia central ornada em ferro, solário e além de ornamentos nos jardins com esculturas e bustos (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2016).

Figura 2 – Museu Histórico de Santa Catarina



Fonte: Fundação Catarinense de Cultura, 2023

De propriedade do Governo do Estado de Santa Catarina, o museu está sob curadoria da Diretora de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC) da FCC, contendo administração e equipe técnica própria (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2016, p. 65).

Seu acervo é muito rico e diversificado, sendo constituído por cinco categorias, que são elas:

- Acervo Arquitetônico: o prédio que abriga o MHSC tombado em 1984 como patrimônio histórico do Estado, é um importante

exemplar da arquitetura eclética do final do século XIX, caracterizado por uma conciliação de estilos, como o barroco e o neoclássico;

- Acervo Arqueológico: escavações realizada entre 2002 e 2003 nos jardins do Palácio Cruz e Sousa, gerou inventário é composto por 68.517 peças, composto por fragmentos de porcelanas, grés, ossos, entre outros, classificados como artefatos domésticos, de uso cotidiano dos séculos XVIII, XIX e XX, destacando-se talheres, louças, garrafas, escovas, etc.;
- Acervo Arquivístico: documentos e registros oficiais e especialmente a partir da década 1970;
- Acervo Bibliográfico: a Biblioteca Setorial do Museu Histórico de Santa Catarina, especializada nas áreas de História de Santa Catarina, História de Florianópolis, Museologia e outros afins; bem como obras com valor de posse e de identidade com o Museu. O acervo possui mais de 609 exemplares, incluindo livros, periódicos, CDs e DVDs;
- Acervo Museológico: Constituído por peças do século XIX e XX, tais como mobiliários, pinturas, esculturas, documentos impressos, medalhas, fotografias, armamentos, etc. (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2023).

Desde sua construção, o Palácio Cruz e Souza passou por inúmeras intervenções, sejam para ampliação, reformas e processos de restaurações. E deste modo, de acordo como identificado pela arquiteta Tatiani Tomazini, responsável pelo diagnóstico arquitetônico, conforme descrito no Plano Museológico do MHSC, houve doze significativas intervenções na edificação desde sua criação até a publicação do referido plano no ano de 2016. A seguir o quadro contendo o resumo das intervenções efetuados nas dependências do museu:

Quadro 1 – Resumo das intervenções no Palácio Cruz e Souza e entorno

Período	Intervenção
1895 a 1898	Reforma do Palácio
1977 a 1979	Reforma do Palácio
1984 a 1986	Restauração do Palácio
2000 a 2001	Restauração do Palácio
2002 a 2003	Escavação Arqueológica
2005 a 2010	Pinturas murais e forros do Palácio (inconcluso)
2005 a 2006	Requalificação do Jardim
2010	Construção do Memorial Cruz e Sousa
2013	Obra emergencial na cobertura do Palácio
2014	Reforma da Sala do Edifício Berenhausen
2014 a 2016	Restauração das pinturas murais do pavimento superior do Palácio Cruz e Sousa.
2014 a 2016	Obras de conservação das fachadas e muros do Palácio (em andamento)

Fonte: Plano Museológico MHSC, 2016.

Ainda, no presente plano museológico, publicado pelo MHSC em 2016, houve a identificação dos desafios para preservação e manutenção da edificação no período deste diagnóstico, pois o museu está

exposto à poluição ambiental e sonora, típica de áreas centrais, e também à circulação de veículos nas ruas adjacentes, que causa trepidação e gera danos à edificação e aos bens integrados. Isto faz com que haja uma demanda frequente por mão de obra qualificada para a manutenção edilícia, o que não ocorre, pois é realizada por empresa terceirizada, contratada para atender a todos os espaços culturais mantidos pela Fundação Catarinense de Cultura (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2016, p. 141).

O MHSC está em uma edificação histórica de longa fundação, com presença majoritariamente de materiais inflamáveis como, por exemplo, piso, paredes e mobiliário em madeira, pintura a óleo nas paredes e teto, tapetes e alguns mobiliários estofados.

Atualmente o MHSC conta com mais de 20 profissionais efetivos, distribuídos entre os setores: Administrativo; Núcleo de Apoio Operacional; Núcleo de Museologia e Núcleo de Conservação e Restauro e Núcleo de Ações Educativas. O quadro funcional também abrange equipe terceirizada para as atividades de limpeza, manutenção predial, e segurança patrimonial, e ainda, conta também com servidores policiais militares aposentados para segurança armada. Há ainda, a depender da demanda das atividades e principalmente pela disponibilidade de recursos para tal, a oferta de vagas para estágios acadêmicos.

Deste modo, para coleta de informações previstas pela metodologia utilizada para realização deste trabalho, fora elaborada entrevista presencial, sendo esta previamente agendada com os profissionais do MHSC. Assim, como o intuito de obter informações do estado geral do museu, e não de carácter pessoal, a entrevista, que foi realizada e gravada, foi acordada entre as partes que as informações pessoais dos respondentes não seriam divulgadas nesta pesquisa, conforme o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo C), e assim se apresentam em anexo D a sua transcrição parcial.

A referida entrevista foi realizada com a equipe do MHSC em outubro de 2023, onde se identificou que o museu “*ainda não tem*” um plano de segurança. Porém, segundo ONO e MOREIRA, “a implementação de um plano de segurança em um museu deve ser antecedida de uma avaliação dos riscos existentes e iminentes, pois é importante identificar as situações para as quais cada museu deve estar preparado” (2011, p. 15), tais como: desastres ou fenômenos naturais, desastres tecnológicos, acidentes, atividades suspeitas ou criminosas e ainda falhas das equipes do próprio museu.

Quanto à segurança do prédio do MHSC, de acordo com entrevista cedida pelo equipe do museu,

... a primeira coisa que a gente pensa é a questão da rede de energia elétrica. Ela foi feita recentemente, refeita toda. Nós temos um pequeno probleminha, que é a alimentação da CELESC para o museu. Ela é bifásica e aqui dentro a rede é toda trifásica. Então, nós não estamos conseguindo que a CELESC faça essa mudança.

Ressalta-se a importância da adequação elétrica do MHSC para as novas padronagem de funcionamento, sendo que

Historicamente, os fatores mais críticos que originam a maioria dos incêndios são as falhas elétricas de inúmeras origens, como equipamentos de aquecimento, ar-condicionado e de iluminação, bem como a utilização descuidada de ferramentas que produzem faísca e calor durante a execução de obras ou serviços de manutenção (ABNT PR 1016, 2023, p. 22).

E deste modo, segundo o pessoal do MHSC,

Nós temos o alvará do Corpo de Bombeiros. Então isso já diz muito a respeito da segurança dela (sobre a edificação do MHSC).

Conforme descrito no Plano Museológico do MHSC de 2016, neste documento já indicava a urgência para a execução de um projeto preventivo contra incêndios e formação de brigada de incêndio. Contudo, o referido alvará foi emitido somente no ano de 2018, quando o museu obteve o registro de Habite-se do Corpo de Bombeiros para seu funcionamento. E em 2020, após o incêndio no Museu Nacional, o Ministério Público de Santa Catarina, instalou inquérito quanto a questão de segurança no Palácio Cruz e Souza¹⁷, pois foi identificado uma série de irregularidades no sistema preventivo contra incêndios do museu. No entanto, conforme consulta online ao Sistema e-SCI do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina, o MHSC obteve em 30/03/2022, e com validade de um ano, o atestado de atendimento aos padrões mínimos de segurança contra incêndio, conforme anexo D.

Deste modo, as adequações às exigências técnicas de prevenção de riscos devem ser seguidas rigorosamente para evitar acidentes ou danos maiores. Uma vez que já demonstrado em sessões anteriores nesta pesquisa, que os incêndios causados por curto-circuito são desastrosos para os museus.

E mesmo quando apresentam adaptação aos padrões atuais de segurança no quadro elétrico, continuam enfrentando problemas uma vez que as edificações dos museus brasileiros estão situados em prédios antigos, mal adaptados para sua finalidade. Alguns apresentam sérias limitações estruturais, mas principalmente a falta de recursos técnicos e financeiros são os maiores problemas dos museus no Brasil.

Assim como outra importante preocupação dos museus se dá quanto à segurança do acervo em si. São vários os fatores que contribuem para danos ao acervo, tais como falta de local adequado, de controle de climatização, de materiais e suporte, e ainda na falta de profissionais qualificados. Em alguns casos como do MHSC a preocupação com o acervo impede inclusive de abertura de sala para visitação, onde a equipe do museu relata que

[...] à questão do acervo. Eu acho que nós precisamos profissionalizar um pouco mais esse setor, essa a segurança disso. E nós iríamos abrir, por

¹⁷ Disponível em: <https://ndmais.com.br/cultura/museu-historico-de-florianopolis-obtem-o-habite-se-do-corpo-de-bombeiros/>. Acesso em 29 out. 2023.

exemplo, o museu agora em novembro, e nós não vamos abrir porque nós não temos, entre outros motivos, por exemplo, um guarda de acervo e nós precisamos desse funcionário para manter. Então, sobre isso é uma meta nossa de 2024 nós conseguirmos fazer isso direitinho.

O MHSC por estar presente num edifício histórico com mais de 200 anos, com grande relevância para a histórica de Santa Catarina e do Brasil, aumenta a inquietude frente aos desafios da preservação de bens culturais no país, pois para Equipe do MHSC

[...] como todo prédio antigo histórico, é tombado.[...] aqui nós temos que nos adaptar ao que existe, sendo que nós não podemos, criar em cima. Nós temos que realmente respeitar isso. Eu vejo o museu como uma cristaleira que nós temos que ter muito cuidado com ele.

E deste modo o tombamento de bens culturais como um importante instrumento de reconhecimento do patrimônio cultural visa a sua proteção, podendo a administração ser feita sob âmbito federal, estadual e municipal. O MHSC localizado no Palácio Cruz e Sousa encontra-se protegido pela esfera de tombamento ao nível estadual, através do Decreto n.º 21.326, de 26 de janeiro de 1984, em anexo E. E ainda o Palácio está protegido em âmbito municipal pelo Decreto n.º 270, de 30 de dezembro de 1986, por integrar o Conjunto I (Centro Histórico).

Importante destacar que após concluído seu processo de tombamento em 1984, ocorreu novo procedimento de restauração do palácio, o que lhe devolveram as características originais da arquitetura do edifício após a reforma realizada no governo de Hercílio Luz em 1898. Sendo dois anos após o tombamento o museu reabre para atendimento ao público em 1986 passando a sediar o Museu Histórico de Santa Catarina. Atualmente, o museu está sob guarda da FCC por meio a Lei estadual de n.º 17.565, de 06 de agosto de 2018, onde está Consolidada as Leis que dispõem sobre o Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina, e conforme a referida lei no Capítulo IV Dos Museus

Art. 20. O Museu Histórico de Santa Catarina (MHSC) é vinculado à Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL) e está instalado no Palácio Cruz e Sousa.

§ 1º De valor histórico e tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

§ 2º Cabe à FCC administrar o MHSC e o Palácio Cruz e Sousa. Os recursos necessários à manutenção do MHSC correrão à conta das dotações orçamentárias da SOL.

§ 3º O MHSC pode aceitar contribuições e doações.

Há também a menção ao fator específico da edificação histórico e ser tombada em sua totalidade, inclusive o tombamento da área compreendida pelos seus jardins. Também há dificuldade na própria adequação da edificação original para uma instituição museológica, com precariedade de acessibilidade (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2016).

O MHSC é administrado pela FCC, portanto, assim como afirma a Equipe do Museu em entrevista,

Nós não temos orçamento próprio. A gente depende do que a Fundação, do governo. [...] Mas acredito sim que se a gente tivesse um orçamento definido, aí nós teríamos que ver as prioridades. E certamente a questão de segurança seria a primeira delas, né?

Assim, conforme a nova definição ICOM Brasil (Conselho Internacional de Museus)¹⁸ um museu é

É uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos (ICOM, 2023)

Contudo, apesar dos museus não terem finalidade de lucro, o mesmo deve contar com a definição orçamentária clara e objetiva dos recursos financeiros e humanos que estarão à sua disposição. Recursos destinados aos diversos usos na instituição, seja para melhoria das suas atividades diárias, serviços de manutenção, melhorias para seus trabalhadores e para melhor atender seus públicos, que com certeza irão reforçar sua preservação e segurança do museu.

O MHSC, assim como maioria das instituições culturais brasileiras, observa-se a necessidade de maior investimento em áreas importantes como

¹⁸ Disponível em: https://www.icom.org.br/?page_id=2776. Acesso em: 29 out. 2023.

acervo, infraestrutura e monitoria, conforme indicado na entrevista realizada com a equipe do museu

As prioridades realmente, é a questão da guarda de acervo. Nós já estamos encerrando o inventário, então isso vai nos ajudar bastante.

O inventário é um importante instrumento de gestão museológica e de acordo com Estatuto dos Museus sob a Lei n.º 11.904/2009

Art. 39. É obrigação dos museus manter documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários.

§ 1o O registro e o inventário dos bens culturais dos museus devem estruturar-se de forma a assegurar a compatibilização com o inventário nacional dos bens culturais.

§ 2o Os bens inventariados ou registrados gozam de proteção com vistas em evitar o seu perecimento ou degradação, a promover sua preservação e segurança e a divulgar a respectiva existência.

Art. 40. Os inventários museológicos e outros registros que identifiquem bens culturais, elaborados por museus públicos e privados, são considerados patrimônio arquivístico de interesse nacional e devem ser conservados nas respectivas instalações dos museus, de modo a evitar destruição, perda ou deterioração.

Parágrafo único. No caso de extinção dos museus, os seus inventários e registros serão conservados pelo órgão ou entidade sucessora.

Assim, como a adequação do museu em edificação histórica deve atender as necessidades de seus trabalhadores, que conforme informado atualmente há a precisão de melhorias separando o setor expositivo do museu como o local de trabalho,

Eu acho que se nós conseguirmos passar toda a parte administrativa e da reserva técnica para o prédio ao lado [...] Vai poder se concentrar mais na questão do edifício histórico, da ocupação dele. Vai ser só para visitaçã. Então as coisas, os riscos vão diminuir também, porque o fato de nós trabalharmos dentro do prédio também complica um pouco as coisas, né?

Ressalta-se ainda, há a necessidade de melhorias no museu quanto ao circuito de vigilância eletrônica no andar térreo, justamente o ambiente onde se recebe os visitantes do museu, e ainda reforça a necessidade de ampliação do quadro de profissionais de segurança, que segundo a Equipe do MHSC

a questão de segurança. Nós precisamos realmente de um sistema de monitoramento por câmeras no primeiro andar que não existe. Nós precisamos de, no mínimo, mais um vigilante lá embaixo. Porque nós temos quatro entradas. Uma, duas, três, quatro. E como se faz isso? Nós temos três policiais militares que trabalham aqui. Nos ajudam muito. Mas mesmo assim, nós precisamos fortalecer esse lado

Contudo, é importante destacar que os “sistemas de segurança instalados não suprirão totalmente a segurança do edifício sem um plano de segurança operacional”. Pois o sistema poderá “falhar caso os procedimentos que dependam dos vigilantes ou funcionários não sejam atendidos” (Ono e Moreira, 2011, p. 72). Portanto, há necessidade de treinamento adequado para trabalho em museus pelos profissionais de segurança e demais trabalhadores do museu, bem com suporte técnico adequado e com manutenção dos equipamentos em dia, além de constante verificação da eficácia dos sistemas de segurança empregado.

E por fim, o MHSC está associado ao Sistema Estadual de Museus, que é uma entidade administrativa que trabalha diretamente com os museus de Santa Catarina, e que segundo a Equipe do Museu

... nos dá muita tranquilidade saber que somos associados a eles e que eles estão presentes para qualquer coisa que a gente precisa e nos dá muita tranquilidade ... temos pessoas da área trabalhando no setor, interessadas e isso é muito importante.

O Sistema Estadual de Museus em Santa Catarina abrange diversas frentes de atendimento aos museus no estado, auxiliando como oficinas, visita técnica, publicações e editoriais da área museológica, proporciona apoio técnico aos museus, contribuir para firmar parcerias entre museus, profissionais, entidades de classe, conselhos, universidades e demais órgãos de fiscalização tais como Ministério Público. Também promove ciclo de debates, oficinas, e suporte de dados dos museus catarinenses.

Portanto, as políticas públicas em Santa Catarina dispõem a partir da FCC do Sistema Estadual de Museus como aliado, com objetivo de atender as necessidades de cada instituição, promovendo o debate institucional como entidade que visa contribuir para os museus.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto central da presente pesquisa foi conhecer primeiramente as políticas culturais no país, para melhor compreensão das políticas culturais realizadas em Santa Catarina. E a partir do levantamento bibliográfico entendendo o contexto histórico para o desenvolvimento das políticas públicas culturais no Brasil e também ao nível estadual de Santa Catarina demonstra-se que o país carece de seriedade no tratamento do assunto.

Ao finalizar esta pesquisa, que foi motivada em verificar a atuação das políticas públicas culturais em Santa Catarina tendo como local de pesquisa um museu histórico, levando em consideração a segurança da instituição, revela que há ainda muito a se discutir sobre o tema e que é necessário maior aplicação de recursos para atender as necessidades básicas quanto a segurança dos museus.

Vimos que o campo cultural ao longo dos anos foi muito negligenciado pelo governo brasileiro. E por vezes tratado como menor importância, causando descaso com o patrimônio público, resultando em perdas irreparáveis. Assim como em alguns episódios, a cultura em alguns momentos da história do país foi quase abandonada, com poucos recursos e sem um planejamento de continuidade de projetos culturais. Sendo que muitos museus e centros culturais se perderam devido à omissão do estado.

Este descaso cultural se manifesta também nos museus catarinenses, que vivem à margem dos investimentos públicos, e que em sua maioria estão situados em edificações antigas adaptadas para seu funcionamento, adaptações que por vezes se mostram improvisadas.

E por isso, a referida pesquisa teve como local de estudo o MHSC, que está situado no Palácio Cruz e Sousa, uma edificação com mais de 200 anos de existência que ao longo dos anos sofreu intervenções, sejam restaurações ou até adequação para seu funcionamento como instituição museológica. Este histórico de alterações do museu gera inquietação sobre sua segurança, sendo este o propósito desta pesquisa.

A segurança em museus como plano de fundo deste trabalho foi o mote de investigação, onde foi percebido que o assunto é muito valorizado, porém com pouca atuação efetiva das políticas públicas para área cultural.

E ao investigar a situação das políticas culturais aplicadas ao MHSC, tendo como perspectiva a segurança do museu verificou-se que não há direcionamento claro sobre o assunto. O museu apresenta-se atualmente com plano museológico desatualizado desde 2015, com ações previstas para o período entre 2015 a 2018. O plano museológico é um importante instrumento para o planejamento institucional, bem como para elencar as prioridades e ações futuras das instituições, ou seja, o plano museológico é essencial para o bom funcionamento dos museus. Porém, é válido mencionar que o MHSC está na fase final da coleta de dados para compor o inventário do museu, o que irá contribuir para a preservação e proteção patrimonial do seu acervo. Partindo da preocupação da segurança do MHSC, o mesmo não apresenta plano de emergência, e conforme informações coletadas com a equipe do museu, a instituição necessita de investimentos pontuais no monitoramento eletrônico do andar térreo, justamente o local de visitação do museu. E outra demanda importante é a maior número de profissionais de segurança predial, pois atualmente o MHSC conta com poucos vigilantes terceirizados e policiais aposentados atuando no museu. Assim como a preocupação sobre o uso do museu, que como mencionado pelos profissionais do MHSC, estes trabalham no segundo andar do prédio, em ambientes adaptados para atuar como setor administrativo. E isso demonstra a realidade dos museus brasileiros instalados em locais improvisados e que permanecem assim por longa data, desmotivando seus trabalhadores, e em algumas situações trazendo riscos para os profissionais e acervo.

Quanto às políticas públicas, a equipe do museu demonstrou satisfação e entusiasmo com as ações do Sistema Estadual de Museus e com a Fundação Catarinense de Cultura. Não sendo identificados pontualmente as ações das políticas no museu, este mantém-se como um importante equipamento cultural e turístico do estado catarinense, e merece maior investimento para melhorias e segurança do mesmo. As duas instituições trabalham com poucos profissionais e num estado diverso, com grandes desigualdades entre regiões. Portanto, é dever contribuir para maior diversidade cultural no estado, favorecendo manifestações genuinamente brasileiras ou que valorizem o próprio povo e país, e com isso a área cultural

tem um grande desafio junto a Museologia para refletir sobre o tratamento dado por museus e instituições culturais sobre a colonização no estado.

Importante ressaltar que apesar do bom relacionamento com a FCC e SEM/SC, o MHSC encontra-se na capital do estado, e é um dos símbolos afetivos da cidade, ou seja, não retrata a realidade dos museus catarinenses. Sabemos que deve haver maior empenho entre as entidades públicas e de classe para melhorias pontuais dos museus. Uma vez que há o curso de Museologia em Florianópolis com excelentes profissionais e que poderia contribuir por meio de parceria acadêmica contribuindo para atividades técnicas de apoio para entidades da região.

Outro ponto refere-se aos recursos financeiros, que ao serem destinados para os museus devem ser mais claros e com maior participação dos envolvidos, criando um orçamento definido para cada instituição, e assim possibilitando maior autonomia das ações de melhorias.

Sendo que atualmente há limitações de acesso às políticas culturais, condensando os recursos em editais e prêmios circunscritos, o que gera maior incerteza para obtenção de recursos, e ainda na insegurança sobre continuidade de atividades de interesse dos museus, trazendo grande dispêndio de tempo em trabalhos burocráticos, frente a realidade de muitas instituições que carecem de maior número de profissionais.

Deste modo, a preocupação com a segurança dos museus continua ao finalizar este trabalho, pois o excesso de burocratização impede que os recursos sejam aplicados nas demandas destas instituições que estão em sua maioria vinculadas às secretarias municipais distintas como do esporte e de turismo. Valendo-se que os museus demandam por profissionais qualificados e com atenção às atividades específicas, estas têm elevado custo para os cofres públicos, e como vimos, o setor cultural vive à margem das políticas públicas, sendo desprezado por governos ao longo da história do país.

Contudo, a motivação continua, pois ao estudar o assunto é notório que o setor cultural é tão atacado, pois é reconhecido pela elite por suas transformações sociais em todo mundo. Sendo assim, é possível identificar que as pessoas que estão à frente dos museus, enfrentam grandes adversidades, mas que entendem que seu trabalho contribui para sociedade, mantendo acesa

a chama da coletividade, contribuindo para manter viva a memória que está preservada nos museus.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. PR 1016: segurança contra incêndio em edifícios e acervos de interesse cultural. 1. ed. Rio de Janeiro, 2023. 50 p. Disponível em: <http://www.abntcolecacao.com.br/norma>. Acesso em: 08 ago. 2023.

BÁEZ, Fernando. A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2010.

BARBALHO, Alexandre. Políticas culturais no Brasil: primórdios (1500-1930). V ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador. 2009. Disponível em: <http://cult.ufba.br/enecult2009/19193.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2023

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 29 ago. 2023.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). História – Florianópolis (SC). 2023. Disponível: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1824/> . Acesso 20 set. 2023

_____. Estatuto da Fundação Nacional Pró-Memória. 1979. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-84396-16-janeiro-1980-433832-estatuto-pe.doc> > Acesso em: 25 jul. 2015.

_____. O patrimônio cultural da imigração em Santa Catarina. Maria Regina Weissheimer ; texto, Dalmo Vieira Filho. – Brasília, DF : Iphan, 2011.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 10, p. 1-4, 15 jan. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm. Acesso em: 15 ago. 2023.

_____. Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM e dá outras providências. Diário Oficial União, Brasília, DF, 21 jan. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11906.htm. Acesso em: 15 ago. 2023.

BRULON, BRUNO. Pensar o pensamento museológico brasileiro: um olhar retrospectivo para a Museologia. Anais 200 anos de museus no Brasil: desafios e perspectivas. Brasília: Ibram, 2018.

BRUHNS, Katianne. Museu Histórico de Santa Catarina: discurso, patrimônio e poder (1970-1990). 32 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,

Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/93480>. Acesso em 12 out. 2023.

CALABRE, Lia. Política cultural no Brasil: um breve histórico. In: Políticas culturais: diálogo indispensável. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Faculdade de Comunicação/UFBA. 2007. Disponível em: <https://www.cult.ufba.br/enecult2007/LiaCalabre.pdf>. Acesso em 07 set. 2023.

CHAGAS, Mário . Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. In: Cadernos de Sociomuseologia. Centro de Estudos de Sociomuseologia, n. 13, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1998.

CORRÊA, Walquíria Krüger. Considerações sobre a formação territorial e econômica de Santa Catarina. GEOSUL. v. 14 n. 27 (1999). Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/21117>. Acesso em 10 set. 2023.

CULTURA DE SANTA CATARINA. Portal do Estado de Santa Catarina. 2023. Disponível em: <https://estado.sc.gov.br/conheca-sc/cultura/> . Acesso em 15 set. 2023.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005, 295p.

FREITAS, Sara; TARGINO, Janine; GRANATO, Leonardo. A política cultural e o governo Bolsonaro. *Brasiliana: journal for Brazilian studies*. London. Vol. 10, n. 1 (2021), p. 219-239. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/231672> . Acesso em: 03 set. 2023.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES. Apresentação. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funarte/pt-br/acesso-a-informacao-lai/institucional/institucional>. Acesso em 25 ago. 2023.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. Cadastro Catarinense de Museus. Florianópolis: FCC, 2022. Disponível em: <https://www.cultura.sc.gov.br/downloads/patrimonio-cultural/sistema-estadual-de-museus-sem-sc/2793-relatorio-do-cadastro-catarinense-de-museus-14062021>. Acesso em 12 set. 2023.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. Plano Museológico – Museu Histórico de Santa Catarina 2015 – 2018. 2016. Disponível em: <https://www.cultura.sc.gov.br/espacos/mhsc/o-museu/19205-19205-plano-museologico>. Acesso em 10 out. 2023.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. Relatório do Cadastro Catarinense de Museus – 2021. Florianópolis: FCC, 2021. Disponível em: <https://www.cultura.sc.gov.br/downloads/patrimonio-cultural/sistema-estadual-de-museus-sem-sc/2793-relatorio-do-cadastro-catarinense-de-museus-14062021>. Acesso em 12 set. 2023.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/mauriciofacanha/ensino-superior/redacao-cientifica/livros/gil-a.-c.-como-elaborar-projetos-de-pesquisa.-sao-paulo-atlas-2002./view> . Acesso em 20 out. 2023.

GOMES, Laurentino. Escravidão – do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Vol. I. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

HERCOG, Alex Pegna. Primeiro ano de governo Bolsonaro é marcado por ataques à cultura. Le Monde Diplomatique Brasil. 2023. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/primeiro-ano-de-governo-bolsonaro-e-marcado-por-ataques-a-cultura/>. Acesso em 27 ago. 2023.

OLIVEIRA, Maria Carolina Vasconcelos. Cultura e Estado. Políticas públicas de cultura / Ana Paula do Val... [et al.]. – [São Paulo]: s.n., 2016.

OLIVEIRA, Maria Carolina Vasconcelos. Programa de valorização a iniciativas culturais – Programa VAL: uma política de cultura para as periferias paulistana. Políticas públicas de cultura / Ana Paula do Val... [et al.]. – [São Paulo]: s.n., 2016.

ONO, Rosaria e MOREIRA, Kátia Beatriz Rovaron. Segurança em Museus / Rosaria Ono e Kátia Beatriz Moreira - Ministério da Cultura / Instituto Brasileiro de Museus. – Brasília, DF: MinC/Ibram, 2011. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/Seguranca-em-Museus.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

MOTA, Carlos Guilherme. Cultura brasileira ou cultura republicana?. Estudos Avançados. 4 (8) • Abr 1990. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-40141990000100003>. Acesso em 07 set. 2023.

PISTORELLO, Daniela. Iphan e Fundação Catarinense de Cultura: políticas para os ANAIS DO MUSEU PAULISTA São Paulo, Nova Série, vol. 28, 2020, p. 1-27. patrimônio cultural do imigrante europeu em Santa Catarina na década de 1980. Disponível: revistas.usp.br/anaismp/article/view/170408/165842 . Acesso em: 10 set. 2023.

Políticas culturais no Brasil / organização Antonio Albino Canelas Rubim. — Salvador: EDUFBA, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/138/4/Políticas%20culturais%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em 31 ago. 2023.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Fundação Nacional Pró-Memória. In: _____. (Orgs.). Dicionário IPHAN

de Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/53/fundacao-nacional-pro-memoria-1979-1990>. Acesso 24 ago. 2023

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro. A formação e o Sentido do Brasil. – 1ª ed. 1995 – 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. Salvador : edufba, 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ufba/138>. Acesso em: 25 ago. 2023.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais do governo Lula / Gil: desafios e enfrentamentos. Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação São Paulo, v.31, n.1, p. 183-203, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/1243>. Acesso em: 25 ago. 2023.

RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). Políticas culturais do governo Dilma. Salvador: EDUFBA, 2015. 281 p. : il. – (Coleção Cult). Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/18069>. Acesso em: 25 ago. 2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 846p.

SEYFERTH, Giralda. Memória coletiva, identidade e colonização: representações da diferença cultural no Sul do Brasil. MÉTIS: história & cultura – SEYFERTH, Giralda – v. 11, n. 22, jul./dez. 2012. Disponível em: http://www.imigracaohistorica.info/uploads/1/3/0/0/130078887/seyferth_giralda._mem%C3%B3ria_coletiva_identidade_e_coloniza%C3%A7%C3%A3o_representa%C3%A7%C3%B5es_da_diferen%C3%A7a_cultural_no_sul_do_brasil.pdf . Acesso em: 15 set. 2023.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n.º 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

TEIXEIRA, Coelho. Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário. São Paulo: Iluminuras/FAPESP. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000950161> . Acesso em 25 ago. 2023.

TELEVISÃO. Memórias da ditadura. 2023. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/>. Acesso em 29 ago. 2023

THIESSE, Anne-Marie. Anos 90 v. 9 n. 15 (2001) - Artigos Ficções criadoras: as identidades nacionais. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6609/3932> . Acesso em 01 set. 2023.

ANEXO A – Perguntas para Equipe do Museu Histórico de Santa Catarina

Entrevistada:

Cargo ou função:

Sobre a profissional entrevistada

- 1) Comente brevemente sua trajetória profissional no MHSC (tempo de atuação e funções)

Sobre o MHSC

- 1) Por estar numa edificação histórica de longa data, comente sobre a atual situação quanto à segurança no museu (em relação a acervo, edifício e pessoas)
- 2) Existe um plano de segurança para o MHSC? Se não, há previsão para ter o plano?
- 3) Quais são as principais demandas quanto a segurança no museu?
- 4) O museu dispõe de recursos financeiros e de suporte técnico para auxiliar na prevenção de riscos?

Sobre SEM/SC e Políticas públicas estaduais

- 5) Quanto ao SEM/SC, que é a entidade que elabora e coordena as políticas públicas no campo museológico, as medidas apresentadas pela entidade são suficientes para atender as demandas de segurança do museu?
- 6) De modo geral, qual sua avaliação das políticas públicas estaduais para segurança em museus?

ANEXO B – E-mail convite para Museu Histórico de Santa Catarina

Prezado(a)

Assunto: Convite para participar de pesquisa

Entro em contato para convidá-la a participar de uma pesquisa que tem por objetivo compreender como o estado catarinense trata a questão da segurança patrimonial dos museus estaduais.

A referida entrevista será utilizada no Trabalho de Conclusão de Curso em Museologia da Universidade Federal de Santa Catarina, que tem título provisório “Políticas culturais para a segurança dos museus estaduais: estudando o caso do Museu Histórico de Santa Catarina”, sob orientação da Profa. Luciana Silveira Cardoso (*em cópia*).

Portanto, solicitamos sua participação para entrevista presencial, que será gravada, e em data a ser combinada.

Agradecemos o seu tempo e atenção.

Priscila Ferreira

Discente de Museologia/UFSC

ANEXO C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado,

O presente instrumento de investigação faz parte da metodologia empregada para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação do curso de Museologia da Universidade Federal de Santa Catarina. O trabalho apresenta título provisório “Políticas culturais para a segurança dos museus estaduais: estudando o caso do Museu Histórico de Santa Catarina”, sob orientação da Profa. Luciana Silveira Cardoso.

A pesquisa teve como objetivo conhecer as ações das políticas culturais do estado catarinense que visam garantir a segurança dos museus estaduais, tendo como objeto de estudo o Museu Histórico de Santa Catarina.

Este estudo se justifica tendo em vista a falta de políticas públicas direcionadas aos museus. Pois, na questão de segurança, os museus carecem de ações concretas que contribuam para a manutenção predial e na garantia de minimizar possíveis riscos às instituições museológicas. O estado de Santa Catarina apresenta diversos museus históricos que estão situados em edificações antigas, que em sua maioria foram adaptadas para seu funcionamento, e portanto exige manutenção constante.

Assim, ao participar desta pesquisa você declara que está ciente e de acordo com este termo, sendo que seus dados pessoais não serão divulgados, a entrevista será realizada em modo presencial, sendo gravada seu áudio, e que deste modo possam contribuir na elaboração do trabalho final do curso.

Desde já agradecemos sua colaboração.

Florianópolis, ____ de outubro de 2023.

Assinatura da(a) entrevistada(o)

ANEXO D – Transcrição parcial da entrevista com Equipe MHSC

Realizada em 30/10/2023, às 15h11, e conforme Termo de Consentimento para entrevista, nomes e dados pessoais não serão divulgados.

Entrevistadora:[00:00:00] Que tu brevemente comente sua trajetória aqui no museu.

Equipe MHSC: [00:00:06] (trecho ocultado)

Entrevistadora: [00:00:11] Isso, mas pode ser da sua carreira profissional.

Equipe MHSC: [00:00:14] (trecho ocultado)

Entrevistadora: [00:00:38] (trecho ocultado)

Equipe MHSC: [00:00:48] (trecho ocultado)

Entrevistadora: [00:00:49] Ótimo. Mais específico sobre o museu, então, né? Ela é uma edificação histórica e é de longa data. Já passou por várias reformas, várias modificações. Tu consegue comentar a situação hoje do museu quanto à segurança, tanto do acervo, mobiliário, enfim, como das pessoas que trabalham aqui.

Equipe MHSC: [00:01:12] Olha o seguinte a segurança do prédio em termos assim, a primeira coisa que a gente pensa é a questão da rede de energia elétrica. Ela foi feita recentemente, refeita toda. Nós temos um pequeno probleminha, que é a alimentação da CELESC para o museu. Ela é bifásica e aqui dentro a rede toda trifásica. Então, nós não estamos conseguindo que a CELESC faça essa mudança. Mas é isso aí, tudo bem. Eu acho assim, que em termos. Além disso, nós temos o alvará do Corpo de Bombeiros. Então isso já diz muito a respeito da segurança dela. Quanto à questão da do do acervo. Eu acho que nós precisamos profissionalizar um pouco mais esse setor, essa a segurança disso. E nós iríamos abrir, por exemplo, o museu agora em novembro, e nós não vamos abrir porque nós não temos, entre outros motivos, por exemplo, um guarda de acervo e nós precisamos desse funcionário para para manter. Então, sobre isso é uma meta nossa de 2024 nós conseguirmos fazer isso direitinho.

Equipe MHSC: [00:02:43] Os visitantes também não têm nenhum impedimento quanto à segurança. Até (trecho ocultado) comentou, né? Tem as rampas que foram adaptadas, então tem essa acessibilidade.

Equipe MHSC: [00:02:54] Nós vamos ter elevador para acessibilidade. E é claro, como todo prédio antigo, histórico e tombado, ele ele não é a mesma coisa que ah vou construir um museu. Aí não vou ter paredes. Vai ser assim e assado. Essa aqui nós temos que nos adaptar ao que existe, sendo que nós não podemos, podemos criar em cima. Nós temos que realmente respeitar isso. Eu vejo o museu como uma cristaleira que nós temos que ter muito cuidado com ele. E acho que no que se refere à questão de restauro e conservação, a gente só tem coisas boas a falar. E. Então nós estamos nesse item, satisfeitos e queremos manter assim, não é?

Entrevistadora: [00:03:54] E hoje o museu tem um plano de segurança, um plano estratégico para minimizar riscos e caso ocorra algo, caso ocorra alguma coisa, tem uma.

Equipe MHSC: [00:04:05] Quem eu saiba, não.

Equipe MHSC: [00:04:08] Eu sei, uma rota de fuga e coisa assim.

Entrevistadora: [00:04:11] Que é o lançamento de acervo para um local seguro, caso for necessário. Ainda não tem. Tudo bem. E a gente meio que falou Mas quais seriam hoje as principais demandas referentes à segurança no museu? Qual que é a principal prioridade?

Equipe MHSC: [00:04:28] As prioridades? Realmente, a questão da guarda de acervo é. Nós já estamos encerrando o inventário, então isso vai nos ajudar bastante. É a prioridade mesmo. Eu acho que se nós conseguirmos passar toda a parte administrativa e da reserva técnica para o prédio ao lado.

Equipe MHSC: [00:04:58] A gente vai ficar com.

Equipe MHSC: [00:05:01] Vai poder se concentrar mais na questão do edifício histórico, da ocupação dele. Vai ser só para visitação. Então as coisas, os riscos vão diminuir também, porque o fato de nós trabalharmos dentro do prédio também complica um pouco as coisas, né?

Entrevistadora: [00:05:20] Com certeza. E referente a recursos financeiros?

Equipe MHSC: [00:05:25] Nós não temos orçamento próprio, a gente depende do que a Fundação.

Entrevistadora: [00:05:32] Do governo.

Entrevistadora: [00:05:33] Isso atrapalha a questão do suporte, da manutenção?

Equipe MHSC: [00:05:38] Eu ainda não posso te dizer isso porque eu estou há cinco meses aqui, mas acredito sim que se a gente tivesse um orçamento definido, aí nós teríamos que ver as prioridades. E certamente a questão de segurança seria a primeira delas, né?

Entrevistadora: [00:05:55] E no Estado a gente tem o Sistema Estadual de Museus, que é um importante instrumento para os museus. Tu entende que a entidade, ela colabora com o museu?

Equipe MHSC: [00:06:08] Sim, e nos dá muita tranquilidade saber que somos associados a eles e que eles estão presentes para qualquer coisa que a gente precisa e nos dá muita tranquilidade. Sim.

Entrevistadora: [00:06:20] Então ela as medidas que eles apresentam para vocês é satisfatório o suficiente para atender as demandas atuais?

Equipe MHSC: [00:06:27] Elas são factíveis e são suficientes. Sim, com certeza.

Entrevistadora: [00:06:34] É. E as demandas referentes à segurança? Elas também atendem ou não é tão específico?

Equipe MHSC: [00:06:41] Olha a questão de segurança. Nós precisamos realmente de um sistema de monitoramento por câmeras no primeiro no andar que não existe. Nós precisamos de, no mínimo, mais um vigilante lá em baixo. Porque nós temos quatro entradas. Uma, duas, três, quatro. E como se faz isso? Nós temos três policiais militares que trabalham aqui. Nos ajudam muito. Mas mesmo assim, nós precisamos fortalecer esse lado.

Entrevistadora: [00:07:16] E é assim de um modo geral. Comentou faz pouco tempo que está aqui. Mas, de um modo geral, qual é a tua avaliação quanto às políticas públicas no geral? Quando elas são aplicadas em museus? Qual a sua visão sobre as políticas públicas do Estado para essa área de museologia, dos museus, da cultura?

Equipe MHSC: [00:07:36] Eu acredito. Eu acredito que temos uma, temos pessoas da área trabalhando no setor, interessadas e isso é muito importante. Quanto ao a efetividade disso, a gente só vai saber com o tempo, entendeu? Eu acho que está muito no começo para a gente poder falar, com clareza sobre o assunto. Isso é.

Entrevistadora: [00:08:09] Então. Então tá. Muito obrigada.

ANEXO E – Atestado de vistoria do Corpo de Bombeiros/SC



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
SETOR DE ATIVIDADES TÉCNICAS - FLORIANOPOLIS

ATESTADO DE VISTORIA PARA ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO

Com fundamento nos incisos II, III e IV do artigo 108 da Constituição do Estado de Santa Catarina (E.C. 033/2003), na Lei Estadual nº 16.157 de 07/11/2013 e no Decreto Executivo Estadual nº 1.957 de 20/12/2013, atestamos que a edificação (e/ou sala comercial e/ou empresa) abaixo qualificada, atende aos padrões mínimos de segurança contra incêndio.

Apta a funcionar a partir de: 30/03/2022 ATESTADO VÁLIDO POR UM ANO.

Prot Func **234199** Prot Análise **31909** Prot Habite-se **17549**
 RE **592563536**
 Vistoriador **EDUARDO GONZALES**
 Inserido por **EDUARDO GONZALES**
 Empresa **FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA**
 CNP./CPF **83.722.462/0001-40**
 Fantasia **FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA**
 Fone **36642555**
 Cidade **FLORIANOPOLIS**
 Bairro **CENTRO**
 Logradouro **PRAÇA: PRAÇA XV DE NOVEMBRO, Nº227**
 Complemento **ARQ. N-04**
 CEP **88.010-400**
 Ocupação **REUNIÃO DE PÚBLICO**
 Complexidade **ALTA COMPLEXIDADE**
 Área Total **2.749,25(m²)**
 Área Vistoriada **2.749,25(m²)**
 Edificação **MEMORIAL CRUZ E SOUSA**
 Local a ser Vistoriado **MEMORIAL CRUZ E SOUSA**
 Nº Pav. **2** Nº Blocos **2**
 Observações **- Atestado concedido conforme comprovação documental via e-mail.**

Documento gerado no servidor 10.193.3.41

Comandante da OBM / Chefe SAT de
FLORIANOPOLIS

Código de autenticação.: F2341998105f3922e8ee8cc2ecab0a475a90fb9aa4f

Gerado em: 30/03/2022

ANEXO F – Decreto nº 21.326 26/01/1984

ESTADO DE SANTA CATARINA

DIPC/FCC
FHS 26
Rubrica: JB

DIPC/FCC
FHS 42
Rubrica: JB

DECRETO Nº 21.326, de 26 de janeiro de 1984.

Homologa Parecer do Conselho Estadual de Cultura, que aprova tombamento do Palácio Cruz e Sousa.

O Governador do Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 93, item III da Constituição do Estado, e nos termos do artigo 4º da Lei nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980,

*FCC
19/1/84*

DECRETA:

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA
Protocolo nº 267
Data 17.02.84 Rubrica

Art. 1º - Fica homologado o Parecer nº 23, de 8 de outubro de 1983, do Conselho Estadual de Cultura, que aprova o tombamento do prédio do Palácio Cruz e Sousa, sede do Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 26 de janeiro de 1984.

[Handwritten signatures]

Fonte: Plano Museológico Museu Histórico de Santa Catarina, 2015.